



**201**

maio 2013

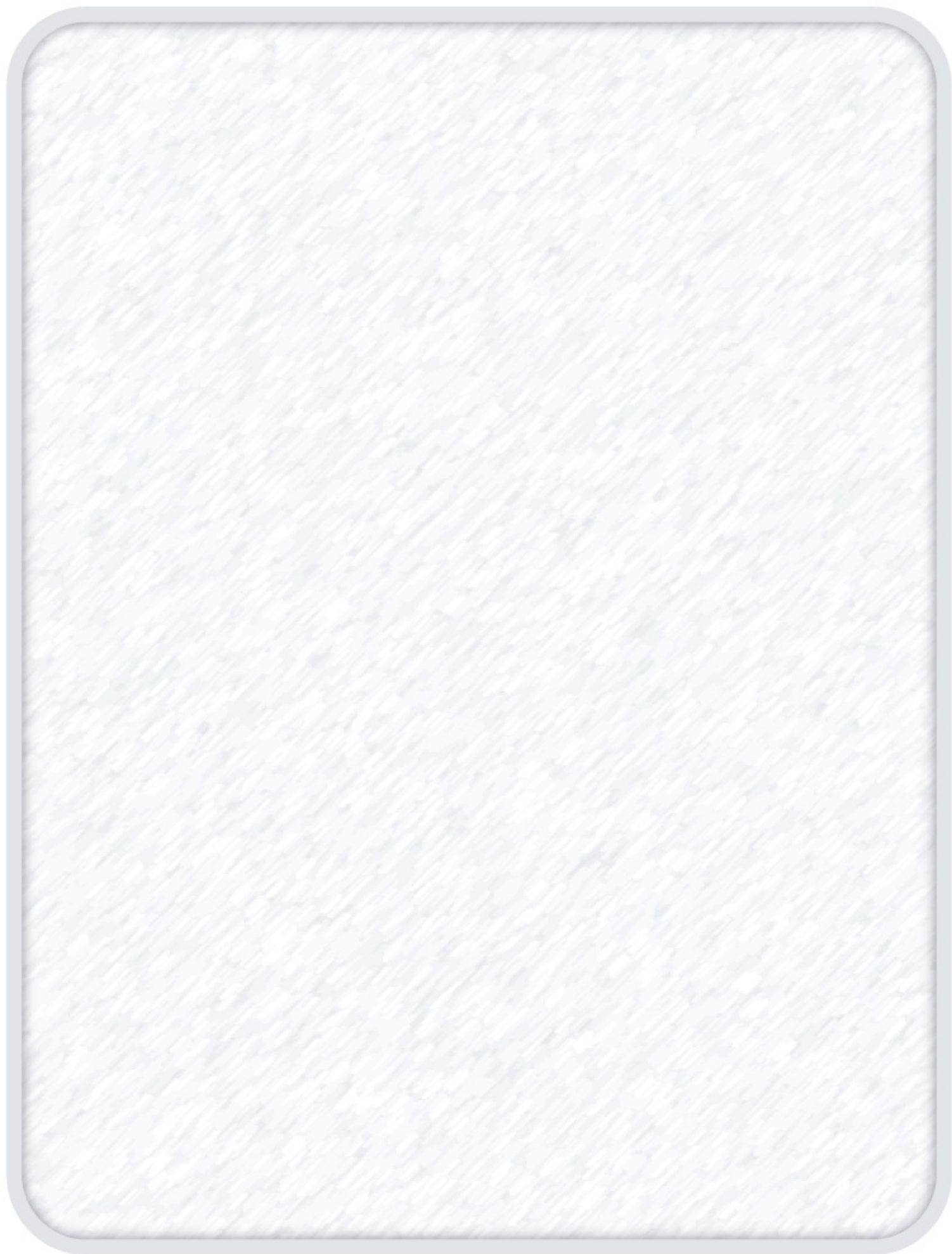
Carta Mensal  
**INTAL**

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento







# Tabela de conteúdos

## Blocos de Integração

### Caribe

5ª Cúpula de chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe .....	7
12ª Cúpula da Petrocaribe .....	10
36ª Reunião do Conselho para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico (Coted) da Caricom .....	12

### América Central

Agenda externa e interna da América Central .....	14
BID apoia desenvolvimento do transporte marítimo na Mesoamérica .....	20

### Comunidade Andina

Encontro Empresarial Andino promove comércio interregional .....	21
Colômbia e Cingapura concluem negociações para um acordo de investimento .....	23
Países da CAN buscam garantir livre mobilidade e residência de seus cidadãos dentro do bloco regional .....	24

### MERCOSUL

Mercosul: Progressos na incorporação da Bolívia e em assuntos bilaterais entre sócios .....	25
Aspectos destacados dos vínculos externos dos países do Mercosul .....	28
12ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores de Países-Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) .....	32
Restrições no Chile afetam exportações de milho argentino e paraguaio .....	33

### Panorama Regional e Global

Cenários de negociação nas principais economias .....	39
Novo Diretor-Geral da OMC .....	43
Competitividade, inovação e desenvolvimento sustentável: eixos do Fórum Econômico Mundial para a América Latina .....	44

### Outras Atividades do BID

São necessários recursos financeiros adicionais na América Latina e no Caribe para contribuir para as metas globais de estabilização do clima .....	49
---	----

### Centro de Documentação INTAL

#### Resenhas Bibliográficas



Ruchansky, Beno. Integración eléctrica en América Latina: antecedentes, realidades y caminos por recorrer. Edición: Santiago de Chile: CEPAL, Febrero de 2013 [150 p.] (só em espanhol) ..... 53

**Alerta Bibliográfica**

..... 56

**Bibliografias em destaque do mês**

\* Santa Gadea, R., ed. (2013). La integración de la infraestructura regional en los países andinos. Washington: BID ..... 57

\* Medina Cas, S.; Swiston, A. y Barrot, L. (2012). Central America, Panama, and the Dominican Republic : Trade Integration and Economic Performance. Washington: IMF ..... 60

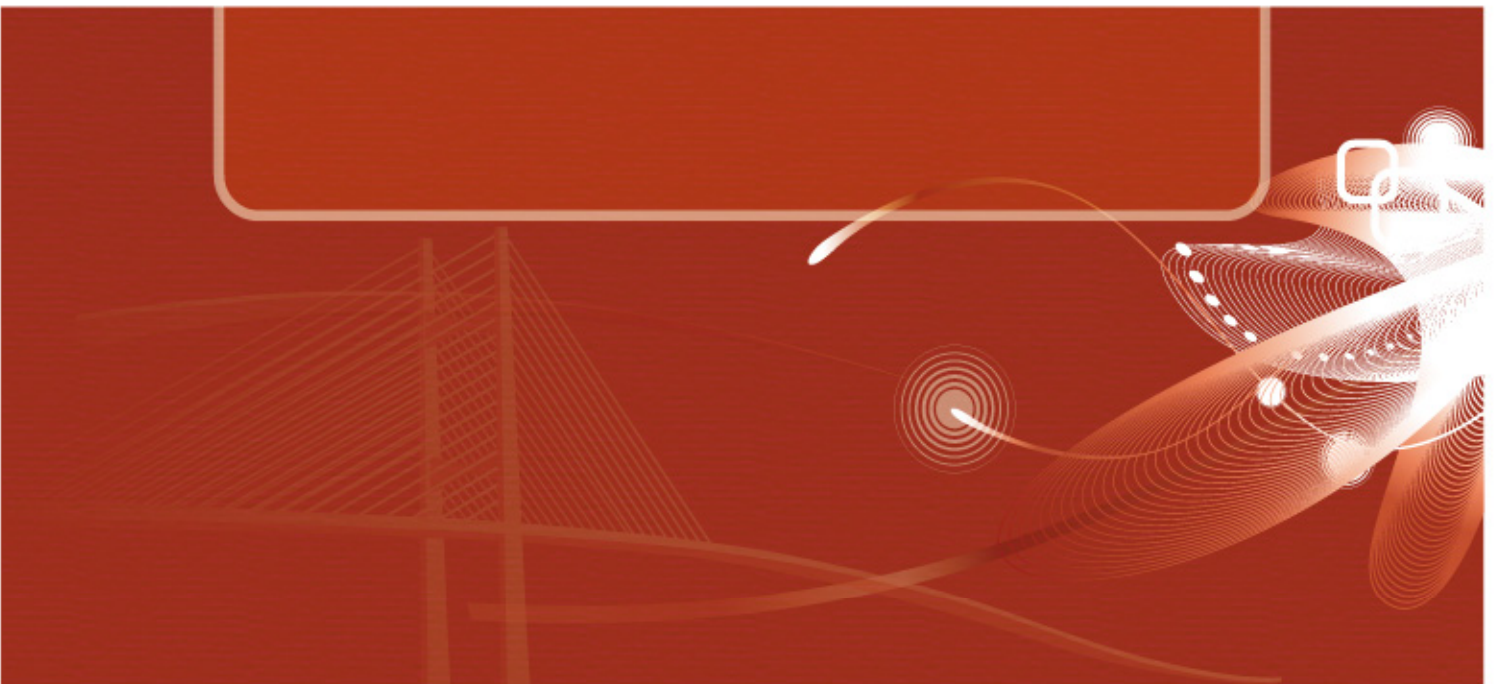
\* Coatz, D. (2013). Política pyme en América Latina a la luz de los cambios globales. Madrid: IELAT; Centro de Información Financiera, CIFF; Universidad de Cantabria ..... 61

**Redação**

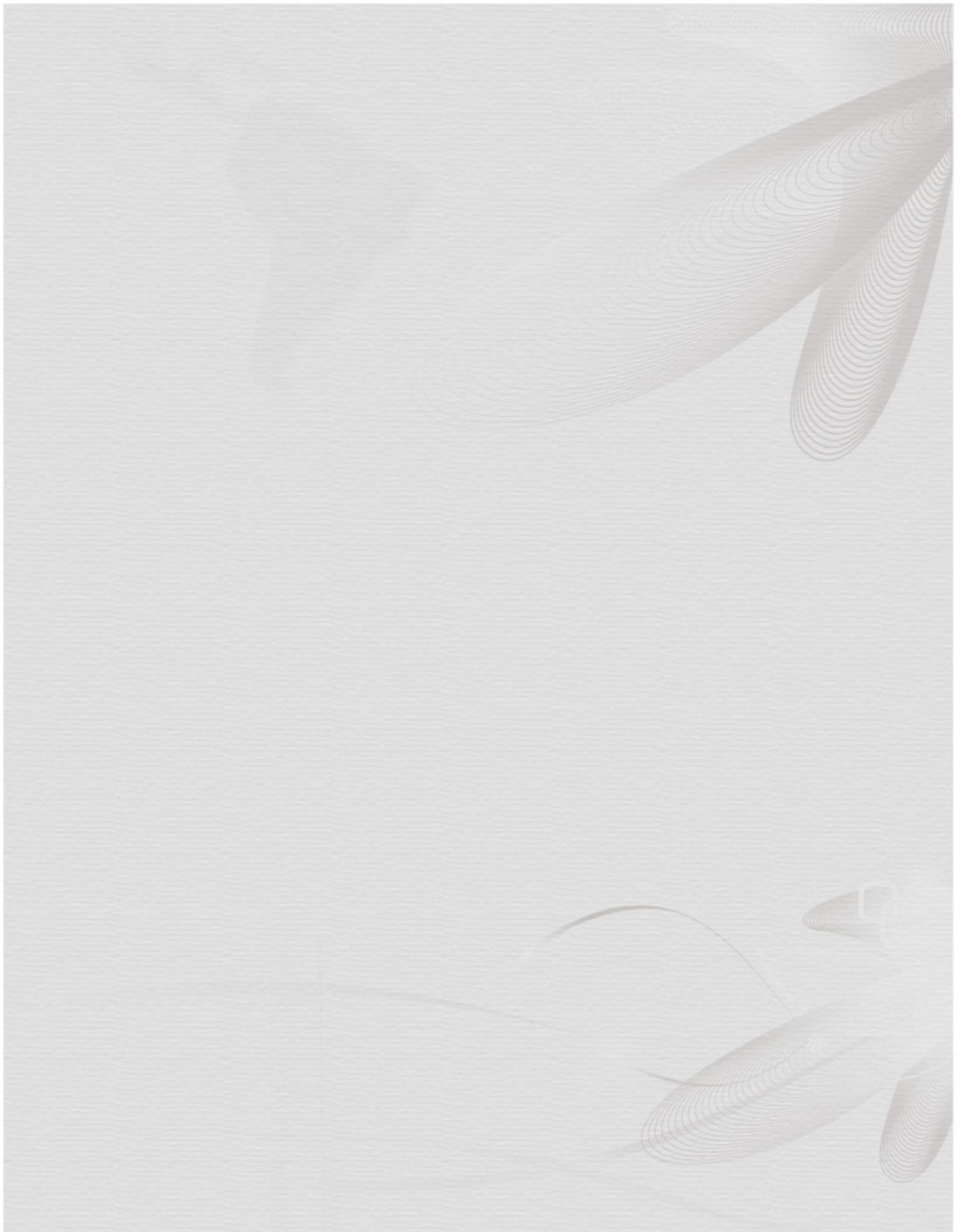
..... 63



# Blocos de Integração







# 5ª Cúpula de chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe

A [5ª Cúpula de chefes de Estado e de Governo dos Estados, Países e Territórios da Associação dos Estados do Caribe \(AEC\)](#) foi realizada em Pétiion-Ville, Haiti, de 23 a 26 de abril de 2013, com o tema "Revitalização da visão da AEC para um Grande Caribe mais forte e unido".

Durante a reunião foi aprovada a [Declaração de Pétiion-Ville](#), cujo texto servirá de base para a transformação institucional da AEC, com vistas a consolidá-la, impulsioná-la e manter sua relevância como fórum regional.

Entre os pontos destacados, a Declaração reconhece os esforços para avançar na integração regional por parte da [Comunidade do Caribe \(Caricom\)](#), do [Sistema de Integração Centro-Americana \(Sica\)](#), da [Organização de Estados do Caribe Oriental \(Oeco\)](#), da [Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América \(Alba\)](#), da [Petrocaribe](#), da Aliança do Pacífico e da [União de Nações Sul-Americanas \(Unasul\)](#), como blocos com um alto conteúdo social, baseados nos princípios da justiça social, da complementaridade e da cooperação. Além disso, ressalta a importância do [Projeto Mesoamérica de Desenvolvimento e Integração](#). Por meio deste documento, os Estados membros e Associados da AEC reconheceram a importância das pequenas e médias empresas (PMEs)[1] como um dos fatores-chave no processo de recuperação econômica da região, em função de sua capacidade para promover emprego e oportunidades de mercado. As PMEs da região são apoiadas ativamente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio de seu [Setor de Integração e Comércio](#), como parte do seu objetivo de apoiar a promoção de exportações e a atração de investimento estrangeiro, a facilitação do comércio, a formação de capacidades e o fortalecimento institucional em matéria de comércio e integração da América Latina e do Caribe.[2]

Durante a 5ª Cúpula também foi adotado o [Plano de Ação de Pétiion-Ville](#), que estabelece as tarefas prioritárias a realizar no biênio 2013-2014 pelo organismo. O documento insta os Estados Membros e Associados a apresentarem propostas de projetos em seis áreas prioritárias identificadas:

- Turismo sustentável, pelo estabelecimento de uma Zona de Turismo Sustentável do Grande Caribe.
- Desenvolvimento do comércio e relações econômicas externas, que abrange: i) a eliminação e redução de obstáculos e desafios à facilitação do comércio na região do Grande Caribe; ii) a realização de um Fórum Anual de Negócios do Grande Caribe e um Fórum de Organizações de Promoção do Comércio a fim de promover o comércio e o investimento na região;[3] iii) o impulso às PMEs na zona do Grande Caribe; iv) o empoderamento da mulher por meio do comércio;[4] v) a promoção da convergência e o aprofundamento do comércio intrarregional; e vi) o apoio ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (Caribank, sigla em inglês).
- Transporte aéreo e marítimo, por meio de ações no âmbito do programa "[Unir o Caribe por Ar e Mar](#)"[5] (*Uniting Caribbean by Air and Sea*), com o objetivo de contribuir para maximizar as oportunidades de comércio e investimento e a expansão do turismo.
- Redução do risco de desastres
- Educação, cultura, ciência e tecnologia

### Antecedentes da AEC

A AEC foi criada em 24 de julho de 1994 em Cartagena das Índias, Colômbia, com o objetivo de se tornar um fórum para o diálogo político, para reforçar a cooperação internacional e aprofundar o processo de integração entre 28 Estados, Países e Territórios do Grande Caribe[6] (25 Estados Membros[7] e três Estados Associados).[8] A AEC conta também com seis Organismos Observadores Fundadores[9] e 20 Países Observadores.[10] As reuniões de cúpula anteriores da AEC foram realizadas no Panamá (2005), Venezuela (2001), República Dominicana (1999) e Trinidad e Tobago (1995).

[1] Ver a respeito "[BID fomenta o desenvolvimento das pequenas e médias empresas da região](#)", em: *Carta Mensal INTAL N° 194*, outubro de 2012.

[2] Ver [EL BID apoya la internacionalización de las PyMEs a través de ruedas de negocios y programas de buenas prácticas](#).


[3] Ver o documento "[Supply and Demand Side Assessment of Impact Investment within the Caribbean](#)", FOMIN-Compete Caribbean, Dezembro de 2011.

[4] Ver a respeito o trabalho do BID na região em matéria de [gênero, povos indígenas e afrodescendentes](#).

[5] O Programa "Unir o Caribe por Ar e Mar" foi criado em 13 de dezembro de 1999, no âmbito da 5ª Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da AEC.

[6] A Zona de Cooperação do Grande Caribe consiste em ações conjuntas nas áreas prioritárias da AEC: Comércio; Turismo sustentável; Transporte e Redução do risco de desastres.





[7] Os 25 Estados Membros da AEC são Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, El Salvador,

Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e As Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela.

[8] Os três Estados Associados da AEC são Aruba, França (em representação da Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, São Bartolomeu e São Martinho) e Curaçao.

[9] Os seis Observadores Fundadores da AEC são: a Secretaria da Caricom, o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), o Sistema de Integração Centro-Americano (Sica) e a Secretaria Permanente do Acordo Geral para a Integração Econômica Centro-Americana (Sieca), que foram declarados Observadores Fundadores da AEC em 1996, enquanto a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização do Turismo para o Caribe (CTO) foram admitidas em 2000 e 2001, respectivamente. A Secretaria da AEC fez acordos especiais com esses organismos que permitiram sua participação no trabalho do Conselho Ministerial da AEC e nos Comitês Especiais.

[10] Os 20 países observadores são: Argentina, Brasil, Canadá, Coreia, Chile, Equador, Egito, Finlândia, Holanda, Índia, Itália, Marrocos, Peru, Rússia, Servia, Eslovênia, Espanha, Reino Unido, Turquia e Ucrânia.

## 12ª Cúpula da Petrocaribe

A 12ª Cúpula da [Petrocaribe](#)[1] foi realizada no dia 4 de maio em Margarita, Venezuela. O encontro teve como objetivos: (i) continuar fomentando os investimentos para projetos produtivos em matéria de petróleo, comércio e turismo; (ii) iniciar discussões técnicas e reuniões de ministros da economia com vistas a avançar para uma zona econômica; e (iii) assinar um memorando de entendimento para fortalecer esta iniciativa que promove a segurança energética da região.

Com relação ao segundo ponto, mediante a Declaração Final da Cúpula, os chefes de Estado e de Governo, ministros e delegados aprovaram a proposta apresentada pela Venezuela para impulsionar o fortalecimento da Petrocaribe por meio da formação da zona econômica da Petrocaribe (ZEP-Alba)[2] destinada a fortalecer os alcances da organização visando desenvolver setores produtivos, e que servirá como um fórum no qual serão considerados aspectos comuns relativos ao investimento, ao comércio e ao desenvolvimento, como também mecanismos para a estabilidade energética, econômica e financeira de seus membros.

Com o consenso de todos os participantes da Cúpula, foi aprovada a incorporação plena da Guatemala e, mediante uma reunião bilateral entre funcionários de Petróleos da Venezuela (PDVSA) e o governo hondurenho, foi formalizado o reingresso de Honduras[3] à Petrocaribe, depois de este país ter sido suspenso em 2009.

Também foram anunciadas as seguintes medidas: a transformação do financiamento atual[4] em um sistema de fundos bilaterais Petrocaribe (a serem utilizados como plataforma financeira para articulação produtiva do intercâmbio comercial, para o qual serão iniciados estudos e discussões técnicas); a criação de um fundo Alba Alimentos; uma iniciativa especial de conectividade aérea entre os países-membros do bloco, que envolve parcerias entre empresas públicas e privadas da região; e as possibilidades de cooperação com terceiros países.

Finalmente, foi acordada a realização de uma cúpula especial na Nicarágua em 29 de junho, no momento da celebração do oitavo aniversário da Petrocaribe.

O organismo, com sede em Caracas, conta com uma Diretoria e sete grupos técnicos encarregados de identificar projetos relativos ao fornecimento, infraestrutura, petroquímica, energias alternativas, projetos, refino e transporte.


Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#) ; [\[2\]](#).

[1] A Petrocaribe nasceu em 29 de junho de 2005, com a assinatura do Acordo de Cooperação Energética por 14 países do Caribe durante o “Primeiro Encontro Energético de Chefes de Estado e de Governo do Caribe sobre a Petrocaribe”. Esta iniciativa hoje conta com 18 países da América Latina com a recente incorporação de Honduras e Guatemala. O fórum reúne Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e as Granadinas, Suriname e Venezuela.

[2] Aliança Bolivariana para os Povos da América.

[3] [Honduras usará \\$75 millones de Petrocaribe para viviendas y represas](#), El Heraldo, Honduras, 16 de março de 2011 e [Reincorporación de Honduras a Petrocaribe](#), Sistema Bolivariano de Comunicación e Información, 15 de maio de 2013.





[4] Na atualidade os fundos que são gerados pelas condições de pagamento da Petrocaribe são administrados por meio de um fideicomisso e os recursos são destinados a projetos de desenvolvimento para melhorar a infraestrutura, moradia, saúde, educação e saneamento ambiental. Segundo dados da PDVSA, desde a assinatura do Acordo de Cooperação Energética Petrocaribe até maio de 2009 o fornecimento acumulado de petróleo e produtos no âmbito da iniciativa atingiu 90,5 milhões de barris. A porcentagem financiada da fatura petroleira (US\$ 3 bilhões) representa para os países que receberam o fornecimento uma economia de US\$ 1,4 bilhão.

# 36ª Reunião do Conselho para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico (Coted) da Caricom


A 36ª reunião do [Coted](#) foi realizada em Georgetown, Guiana, nos dias 2 e 3 de maio. Os ministros participantes debateram temas atuais como a busca de uma solução frente à ameaça das exportações de rum da Comunidade do Caribe (Caricom) para os Estados Unidos, causada por subsídios distorsivos ao comércio que os EUA outorgam aos produtores de rum das Ilhas Virgens e Porto Rico.[1] No âmbito do comércio exterior, foram analisados assuntos relativos às negociações com vistas a um Acordo de Comércio e Desenvolvimento Caricom-Canadá.

No discurso de abertura, o Secretário-Geral da Caricom, Irwin Larocque, fez alusão a um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) [Caribbean Small States: Challenges of High Debt and Low Growth](#), publicado em fevereiro de 2013, citando que os pequenos Estados do Caribe devem enfrentar versões extremas dos problemas que em geral os pequenos estados sofrem: baixo crescimento, alto endividamento, vulnerabilidade significativa ante os desastres naturais e uma baixa resiliência aos choques. Com o objetivo de superar estes desafios -indica o documento - é necessário envolver todos os atores na cena do desenvolvimento, tanto em nível internacional quanto regional, e deve ser adotada uma abordagem de caráter regional.

O Secretário-Geral afirmou também que a região do Caribe deve caminhar para a consolidação do processo do “Mercado e Economia Únicos do Caribe” (CSME, sigla em inglês) e, neste sentido, o Coted, como instituição responsável pelas operações do CSME, deve ter claro qual será seu papel no desenvolvimento econômico da região. O setor privado foi incluído como um participante de vital importância nas discussões desta reunião sobre a direção estratégica da economia da região. Além disso, foram discutidos os seguintes temas:

- A modernização do Programa de Trabalho de Estatísticas Regionais.
- A harmonização de políticas e procedimentos com relação às pequenas e médias empresas, a proteção ao consumidor e a cláusula sobre serviços profissionais no CSME.
- O avanço com relação ao desenvolvimento de um regime de isenção para as indústrias culturais da Caricom.
- Quanto à produção de alimentos, decidiu-se a reclassificação da base tarifária para o frango marinado, que até então tinha acesso ao mercado da região com uma tarifa menor.





Em referência à segurança alimentar, os ministros respaldaram a importância do papel da [Agência do Caribe para a Saúde Agrícola e a Segurança Alimentar](#) (CAHFSA, sigla em inglês), em garantir que o comércio de produtos agrícolas seja realizado de uma maneira saudável a fim de minimizar os riscos para o consumidor. Eles acordaram também um padrão regional para o arroz. Sobre infraestrutura de transporte, os ministros acordaram priorizar o tema do transporte intrarregional para produtos agrícolas, dentro do contexto mais amplo de melhorar a infraestrutura de transporte na região.

Mais informações nos seguintes links: [\[1\]](#); [\[2\]](#); [\[3\]](#); [\[4\]](#); [\[5\]](#).

[1] Ver “[Preocupação do Caribe com os subsídios para o rum](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 197*, janeiro de 2013.



# América Central

## Agenda externa e interna da América Central

### **Incorporação do Panamá ao Subsistema de Integração Econômica Centro-Americano**

Em 1960, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua assinaram o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana (TGIEC), instituindo o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). O MCCA representa a criação de uma zona de livre comércio e a adoção de uma tarifa externa comum, comprometendo-se os países a estabelecer uma união alfandegária em seus territórios.

Com a assinatura do Protocolo de Tegucigalpa, em 1991, os países constituíram o Sistema da Integração Centro-Americana (Sica) como marco institucional que não só abrangia o âmbito econômico, mas também o social, político e cultural; e em 1993, foi estabelecido o Subsistema de Integração Econômica (Protocolo de Guatemala) dentro do Sica.

Os cinco países também contam com um Convênio sobre o Regime Tarifário e Alfandegário, um Tratado sobre Investimento e Comércio de Serviços, um Mecanismo de Solução de Controvérsias e um Convênio de Assistência Mútua e Cooperação Técnica entre as Administrações Tributárias e Alfandegárias.

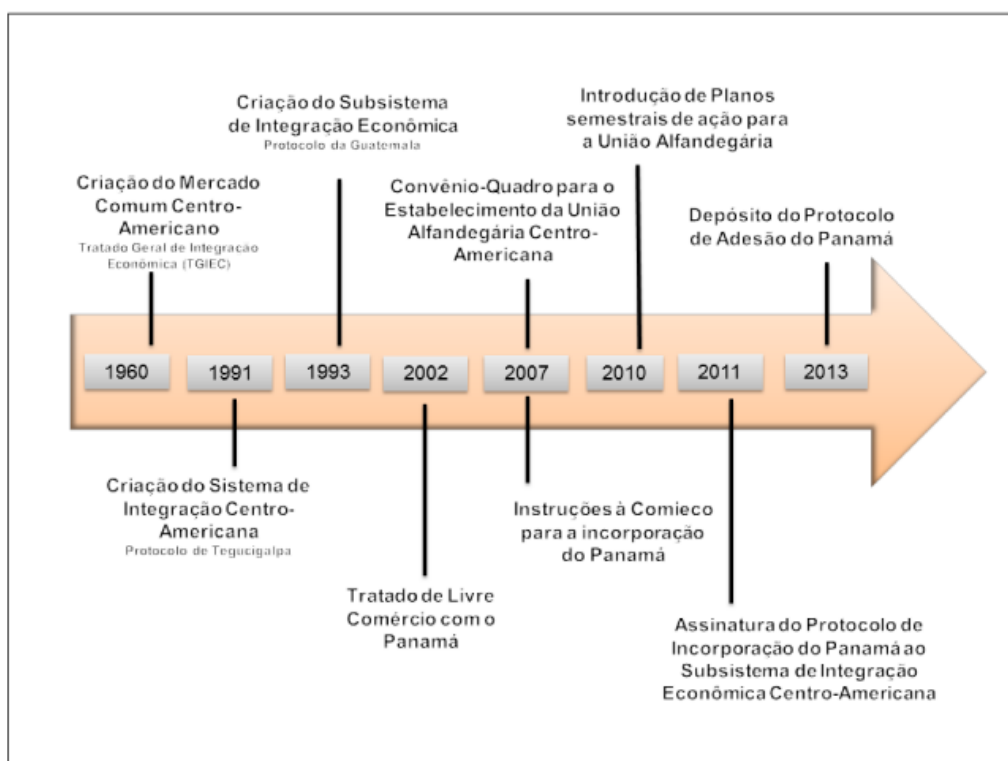
As relações comerciais com o Panamá se regem pelo Tratado de Livre Comércio assinado em 2002[1] e, em 2007, o Conselho de Ministros de Integração Econômica (Comieco) foi instruído pelo Sica para começar avaliar as condições necessárias para a incorporação do Panamá ao processo de integração econômica. Nesse mesmo ano, os países estabeleceram um calendário para a formação da União Alfandegária Centro-Americana por meio da assinatura de um Convênio-Quadro e, em 2010, foram implementados os planos semestrais para avançar por meio da realização de mesas de negociação, com objetivos específicos e de curto prazo, das quais o Panamá participou como observador.




Em 2011, foi assinado o Protocolo de Incorporação do Panamá; e finalmente, [em maio de 2013, a Assembleia Nacional do Panamá fez o depósito](#) na Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca) para sua entrada em vigor.

## Gráfico 1. Evolução da integração centro-americana e incorporação do Panamá

### Fatos mais relevantes



Fonte: Elaboração própria em base em Valerio (2011) e Sieca (2013).



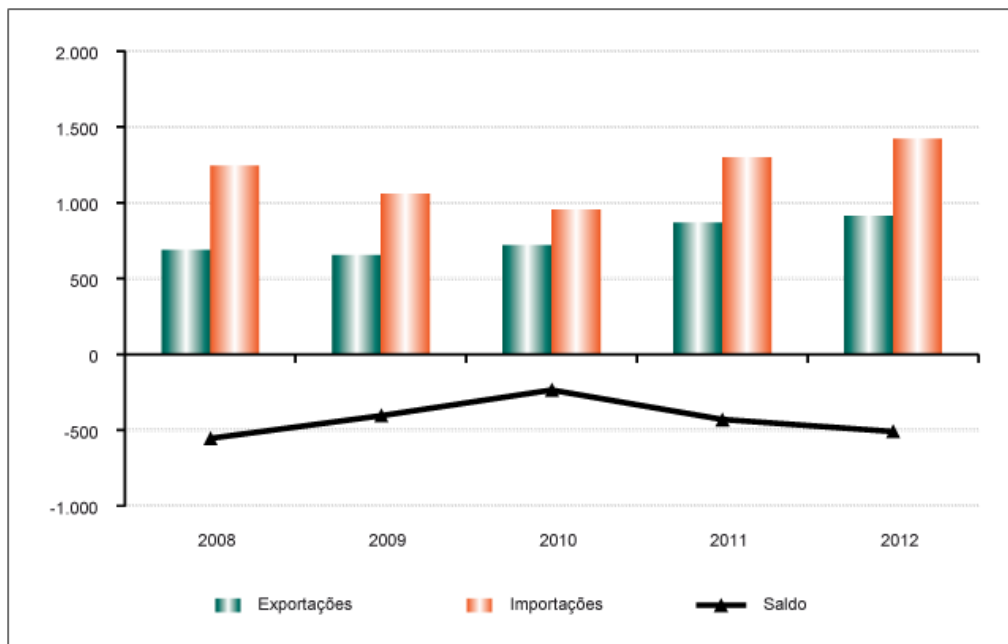
O Protocolo estabelece termos, prazos, condições e modalidades para que o Panamá atinja paulatinamente as condições de integração pelas quais se regem os outros cinco países. Adotará os instrumentos jurídicos do Subsistema de Integração Econômica Centro-Americano em prazos que não ultrapassem 2017. Em dois anos, o Panamá terá de negociar o cronograma de desoneração para alcançar o livre comércio com o restante dos sócios da região, levando em conta alguns bens sensíveis para os quais será mantida proteção. Também foi acordado que o período de harmonização da tarifa externa comum será de um ano, o qual se aplicará no máximo em dois anos. As regras de origem centro-americanas serão adotadas imediatamente, mas serão negociadas algumas exceções. Por sua vez, será adaptada a regulamentação técnica em um período de seis meses, também considerando exceções, e espera-se que nesse mesmo período seja negociada a adesão ao Tratado Centro-Americano de Serviços e Investimento. Além disso, a aprovação do Protocolo era requisito para que o Panamá fizesse parte do Acordo de Associação da América Central com a União Europeia.[2]

### *Comércio do Panamá com seus sócios centro-americanos*

Depois da contração das exportações em 2009, por causa da crise econômica internacional, as exportações dos países centro-americanos para o Panamá se recuperaram em 2010 e continuaram crescendo nos anos seguintes a uma taxa média anual acumulativa (a.a.) de 11,7%, até atingir US\$ 913,2 milhões em 2012. As importações cresceram a taxas similares, embora tenham demorado mais um ano para ficar no patamar de recuperação e terminaram 2012 em US\$ 1,4216 bilhão. Mesmo assim, o comércio continua sendo deficitário para os países-membros do Subsistema com seu novo sócio em US\$ 508,4 milhões (Gráfico 2). Deve-se destacar que a maior parte das compras ao Panamá têm origem na Zona Livre de Colón.

Gráfico 2. Evolução do comércio da América Central com o Panamá, 2008-2012

US\$ milhões



Fonte: Sieca. Os dados não incluem comércio de “maquilas”.

8,2% do total das vendas do Panamá para o exterior são destinadas à sub-região, enquanto apenas cerca de 3% das compras vêm desses países. Esta percentagem é similar à importância do Panamá como destino e origem do comércio centro-americano. A Costa Rica é o principal exportador para o mercado panamenho, enquanto a Guatemala é o maior comprador do istmo. Embora tanto os fluxos de importação como os de exportação estejam relativamente diversificados, os medicamentos mostram grande relevância no intercâmbio bilateral, o que reflete a presença de empresas farmacêuticas multinacionais com subsidiárias em vários dos países da América Central. O [Panamá presidirá o Comieco pela primeira vez durante o segundo semestre de 2013](#), e será o encarregado de organizar as três rodadas semestrais que se realizam para consolidar a união alfandegária, assim como as outras obrigações que a presidência pro-tempore (PPT) do Subsistema tem.



Com relação ao semestre em andamento, a cargo da PPT da Costa Rica, em 19 de abril foi realizada a [segunda rodada de negociação](#), na qual foram conseguidos novos avanços na facilitação do comércio e na melhora da competitividade por meio da harmonização de regulamentos e da gestão de tarifas.

### ***Bibliografia***

- Valerio, Federico. [Lineamientos de la política de comercio exterior de Costa Rica 2010-2014](#). Octubre de 2011.
- SIECA. [Estado de Situación de la Integración Centroamericana](#). Marzo de 2013.

### ***Textos sobre o assunto***

- BID-INTAL. "[Adesão do Panamá ao Sieca](#)", em: *Carta Mensal N°191*, julho de 2012.

### **Guatemala solicita a realização de consultas com o Peru na OMC**

No dia 12 de abril, a delegação da Guatemala na Organização Mundial do Comércio (OMC) enviou à delegação peruana uma [solicitação de realização de consultas](#) relativa à aplicação de um direito adicional sobre a importação de certos produtos agrícolas como arroz, açúcar, milho e produtos lácteos, o qual, afirma, é incompatível com o Acordo sobre Agricultura, entre outras disposições da OMC.

Este gravame é aplicado à importação das mercadorias mencionadas quando os preços internacionais são inferiores a determinados níveis de Preço Mínimo, e reduções tarifárias quando são superiores a certos Preços Máximos – os dois determinados nas tabelas alfandegárias que se atualizam quinzenalmente. Estes impostos variáveis adicionais somados aos direitos *ad-valorem*, não podem exceder a tarifa consolidada pelo Peru perante a OMC.[3]

A preocupação da delegação guatemalteca reflete a relevância desse mercado para suas exportações: dois terços do total que a Guatemala envia para o Peru estão representados pela açúcar de cana, cujo preço continua em franco declínio desde meados de 2011 e só no último ano perdeu 22,0% de seu valor.

## Entra em vigor o TLC da Costa Rica com a Jamaica

No mês de maio o Governo da Jamaica aprovou a implementação do tratado de livre comércio (TLC) que a Comunidade do Caribe (Caricom) assinou com a Costa Rica em 2004. Assim, a Jamaica se torna no quinto país a colocá-lo em vigência, depois da ratificação de Barbados, Belize, Guiana e Trinidad e Tobago.

Mediante o acordo, além das concessões bilaterais, a Costa Rica outorga de maneira unilateral acesso livre de tarifas para as mercadorias originárias dos países menos desenvolvidos da Caricom: Antigua e Barbuda, Belize, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e as Granadinas.

Desde 2006 o comércio entre esse país e a Caricom aumentou a um ritmo anual médio de 4,2%, passando de US\$ 191 milhões para US\$ 244 milhões em 2012. Entre os principais produtos exportados para esse mercado destacam-se: preparações alimentícias, antissoros, dispositivos de fecho plásticos e frutas. Enquanto as importações incluem: produtos de ferro ou aço, gás natural, ureia, entre outros. Trinidad e Tobago é o principal sócio da Costa Rica dentro do bloco caribenho: cerca de 90% das compras têm essa origem e um terço das vendas são destinadas a esse mercado. O segundo destino em importância é a Jamaica, representando 30% do total exportado pela economia centro-americana para a Caricom.

Mais informações no seguinte [link](#).

[1] Embora para sua entrada em vigência fosse necessária a assinatura de protocolos bilaterais que definiam tarifas e regras origem para mercadorias sensíveis, os quais foram ratificados em 2003 com El Salvador, com a Costa Rica em 2008 e com Honduras, Guatemala e Nicarágua em 2009.

[2] Veja "[América Central assina Acordo de Associação com a União Europeia](#)", em: *Carta Mensal INTAL N°191*, julho de 2012.

[3] Artigo 4º do Decreto Supremo N° 153-2002-EF.

## BID apoia desenvolvimento do transporte marítimo na Mesoamérica

Nos dias 9 e 10 de abril foi realizado o [Workshop para a validação e consulta do relatório preliminar do estudo de factibilidade para o desenvolvimento do transporte marítimo de curta distância \(TMCD\) na Mesoamérica](#), em Manágua, Nicarágua. O evento contou com a participação de representantes do México, Guatemala, Belize, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia e República Dominicana, além da Comissão Centro-Americana de Transporte Marítimo e a Autoridade Marítima do Panamá.

Durante o encontro foram analisados os resultados preliminares do estudo de factibilidade mencionado, que foi financiado quase em sua totalidade por uma Cooperação Técnica não reembolsável administrada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O documento examina também as potenciais linhas de TMCD na Mesoamérica, o projeto institucional e um modelo de gestão, levando em conta que em 2010 cerca de 60% do comércio intrarregional da Mesoamérica foi realizado por transporte marítimo.

Esta iniciativa está circunscrita ao Projeto Mesoamérica de Integração e Desenvolvimento (PMID) e particularmente aos esforços por criar um [Sistema de Transporte Multimodal Mesoamericano - STMM](#) eficiente, que envolva o uso de diferentes meios de transporte (rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo) na região.

O Projeto Mesoamérica é um mecanismo de diálogo, coordenação e cooperação apoiado pelo BID para articular com os países os esforços de integração, facilitar a gestão e execução de projetos que visem melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.

Mais informações no seguinte [link](#).





## Comunidade Andina

### Encontro Empresarial Andino promove comércio interregional

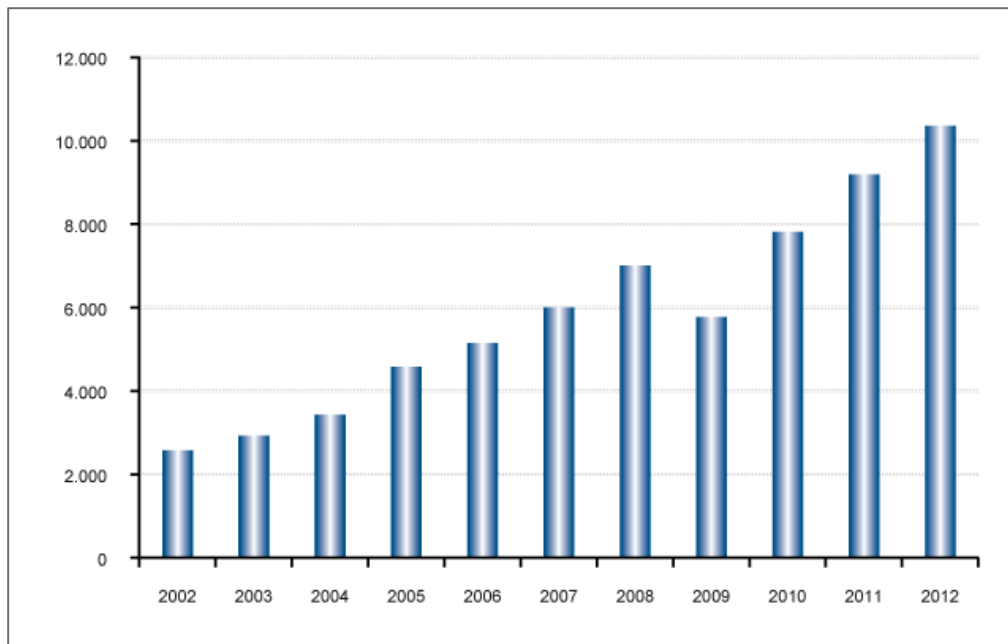
Com a participação de mais de 700 empresas provenientes dos quatro países da Comunidade Andina de Nações (CAN), e do Brasil como convidado, foi realizado nos dias 24 e 25 de abril em Bogotá, Colômbia, o 2º Encontro Empresarial Andino. O evento, que aconteceu pela primeira vez em 2012, tem por objetivo fortalecer o comércio interregional e apoiar a internacionalização das pequenas e médias empresas (PMEs) dos países-membros.

Durante o encontro foram acertados compromissos de vendas por US\$ 92,5 milhões, superando em 43,6% os resultados de 2012. A esse respeito, as agências de promoção de exportações dos países andinos emitiram um [Comunicado Conjunto](#) em que destacam o aumento das exportações intrarregionais, que em 2012 superaram os US\$ 10 bilhões, 73% das quais correspondentes a manufaturas.

Como se observa no Gráfico 1, as exportações intra-CAN aumentaram a um ritmo anual acumulativo médio de 14,9% durante a última década. O comércio intrarregional cresceu todos os anos, com exceção de 2009, quando as economias andinas foram afetadas pela crise internacional.

Gráfico 1: Exportações intra-CAN, 2002-2011

US\$ milhões



Fonte: Secretaria Geral da Comunidade Andina, Sistema Integrado de Comércio Exterior (SICEXT).

Os principais produtos manufaturados comercializados dentro da CAN em 2012 foram: tortas e demais resíduos sólidos da extração do óleo de soja (Bolívia), óleo de soja e suas frações (Bolívia), arame de cobre refinado (Peru), açúcar de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura no estado sólido (Colômbia), aeronaves ultraleves montadas de peso acima de 15.000 kg, vazias (Colômbia) e veículos (Equador), entre outros.[1]

Para mais informações, veja o seguinte [link](#).

[1] Comunidad Andina de Naciones. *Dimensión Económico Comercial de la Comunidad Andina*. CAN: Lima. Abril de 2013.

# Colômbia e Cingapura concluem negociações para um acordo de investimento

Depois de três rodadas de negociações, no dia 26 de abril foram concluídas as negociações para um acordo de promoção e proteção de investimentos entre a Colômbia e Cingapura. Com a implementação desse acordo busca-se estabelecer regras de jogo firmes e claras para os investidores das duas partes. O texto do tratado define questões referentes a padrões de responsabilidade que os Estados assumem perante os investidores, regras frente a casos de expropriação e procedimentos para a solução de controvérsias.

Cabe destacar que o investimento direto de Cingapura na Colômbia acumulado entre 2001 e 2012 foi de US\$ 3,4 milhões. Segundo o Ministério de Indústria, Turismo e Comércio de Colômbia, durante os últimos cinco anos os fluxos de IED provenientes de Cingapura se concentraram principalmente no setor imobiliário.[1]

A Colômbia tem acordos de investimento vigentes com a Espanha, Suíça, Peru, China e Índia, enquanto falta que sejam implementados os acordos assinados com o Reino Unido, Japão, Turquia e Kuwait. Além disso, os tratados de livre comércio em vigor com os Estados Unidos, México, Chile, Triângulo Norte (Honduras, Guatemala, El Salvador), Associação Europeia de Livre Comércio e Canadá, assim como os firmados com a União Europeia, Coreia do Sul e Costa Rica que em breve entrarão em vigência, também incluem capítulos sobre o tratamento de investimentos.

[1] Ministerio de Industria, Turismo y Comercio de Colombia, <https://www.mincomercio.gov.co/publicaciones.php?id=6318>

# Países da CAN buscam garantir livre mobilidade e residência de seus cidadãos dentro do bloco regional

No 4º Fórum Andino de Migrações, realizado em nos dias 9 e 10 de maio em Bogotá, Colômbia, os países da Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Chile, em seu caráter de país associado, examinaram a proposta para um Estatuto Migratório Andino. O objetivo é aprovar uma norma comunitária para garantir os direitos de circulação e residência dos cidadãos andinos dentro dos quatro países-membros do bloco.

O Fórum terminou com uma [Declaração Conjunta](#) em que se destaca não só a importância de avançar em direção à consolidação de uma cidadania andina, mas também de trabalhar para fortalecer o espaço sul-americano em matéria de circulação e residência, no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Cabe destacar que o Fórum Andino de Migrações é o principal espaço de diálogo sobre migrações dentro da CAN e se realiza desde 2008 com o objetivo de resguardar os direitos dos migrantes andinos tanto no interior do bloco como no restante do mundo.

## Textos sobre o assunto

- BID-INTAL. "[Integração regional e políticas migratórias na América Latina](#)", em: *Carta Mensal N° 195*, novembro de 2012.



# Mercosul: Progressos na incorporação da Bolívia e em assuntos bilaterais entre sócios

Durante o último mês ocorreram alguns fatos relevantes na agenda interna do Mercosul. Por um lado, destacam-se os avanços no processo de adesão da Bolívia e, por outro, certos temas nas relações bilaterais dos países-membros.

### O processo de adesão da Bolívia como membro pleno do Mercosul avança

Em 29 de abril, a [Bolívia](#) entregou à Secretaria do Mercosul os anexos ao Protocolo de Adesão ao bloco em caráter de membro pleno. Assim, esse instrumento – assinado no final de 2012- encontra-se em condições de ser ratificado pelos parlamentos da Bolívia e dos Estados membros do bloco. A partir de agora, as autoridades bolivianas participarão de todas as reuniões do Mercosul.

Nos próximos 180 dias, o Grupo de Trabalho para a incorporação da Bolívia deverá estabelecer o cronograma para a adoção do acervo normativo do Mercosul e da tarifa externa comum (TEC) por parte desse país, assim como definir as condições a serem negociadas com terceiros países. Para isso foram criados quatro subgrupos de trabalho encarregados de temas de origem, Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), TEC, regimes especiais e exceções; relacionamento com blocos extrazona; incorporação normativa; e funcionamento, estrutura, contribuições das instituições do Mercosul. A primeira reunião desses subgrupos acontecerá na primeira semana de junho em Montevideú, Uruguai.

Uma vez que a incorporação seja concretizada, a Bolívia se tornará o segundo membro não fundador do bloco, depois da adesão da Venezuela em meados de 2012.

Por outro lado, o [Equador](#) informou que pretenderá entrar no Mercosul depois de concluir o acordo de associação com a União Europeia, o que foi recebido com satisfação pelo bloco, de acordo com o [comunicado](#) da presidência pro tempore do Uruguai.

## Reuniões entre o presidente da Venezuela e seus pares da Argentina, Brasil e Uruguai

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, viajou ao Uruguai, Argentina e Brasil onde manteve encontros e assinou acordos com seus pares desses países.

Em primeiro lugar, [Uruguai](#) e Venezuela abordaram diversos assuntos de interesse bilateral da alçada da Comissão Bilateral de Planejamento e Acompanhamento Estratégico (Cobiseplae), estabelecida em 2010. Destaca-se o objetivo de promover o comércio entre os dois países, a cooperação em desenvolvimento rural, tecnologia agropecuária e genética animal, e em hidrocarbonetos entre as petroleiras estatais PDVSA e Ancape relativa à indústria naval. Além disso, foram tratados temas relacionados com governo eletrônico, migrações e assuntos culturais, entre outros, e foram formalizados detalhes relativos à adesão do Uruguai ao Sistema Unitário de Compensação Regional (Sucre).

Em segundo lugar, os presidentes da [Argentina](#) e da Venezuela assinaram uma série de acordos de cooperação sobre diversos temas, entre os quais se destacam:

- Outorga por parte da Venezuela de licenças de importação para 10.000 **veículos** fabricados na Argentina, incluindo os de transporte público, de carga, comerciais e do tipo sedam. Serão priorizadas as cadeias de montagem estabelecidas na Venezuela e/ou que apresentem projetos para fazê-lo nesse país. Além disso, os fabricantes deverão garantir o serviço de pós-venda, apresentar projetos de investimento em nível nacional e prestar assistência técnica e transferência tecnológica na indústria de autopeças venezuelana.
- Realização de estudos de viabilidade para promover a exportação de **alimentos** (especialmente lácteos, avícolas, à base de carnes, oleaginosas e cereais) pela Argentina ao mercado venezuelano.
- Acordo em matéria sanitária para a habilitação de plantas abatedoras, processadoras, armazenadoras e frigoríficos vinculados com a exportação de **produtos de origem animal** da Argentina para a Venezuela.
- Promoção da cooperação em matéria de **pesca e aquicultura**.
- Criação de um grupo de trabalho para troca de experiências relativas a **parques industriais**.
- Cooperação e assistência técnica sobre **ciência e tecnologia**.

Em terceiro lugar, o [Brasil](#) e a Venezuela reiteraram seu compromisso com a associação estratégica bilateral e o aprofundamento dos projetos de cooperação existentes sobre alimentos, energia elétrica, petróleo, agricultura e desenvolvimento social e habitacional, além de examinarem as possibilidades de avançar em temas tais como abastecimento, segurança alimentar e provisão energética.

## Progressos para a dragagem do rio Uruguai

O processo para concretizar a [dragagem, balizamento e manutenção do rio Uruguai](#) registrou um novo avanço, depois que a empresa consultora contratada pela Comissão Administradora do Rio Uruguai (Caru) apresentou os resultados dos estudos de factibilidade (inclusive os de impacto ambiental) às autoridades e representantes da sociedade civil da Argentina e do Uruguai.

Este processo é de vital importância para o comércio do Mercosul, já que permitirá a chegada de navios de ultramar a terminais portuários, o que é um questão-chave para as exportações da Argentina e do Uruguai – especialmente de grãos - porque descomprime a carga de outros portos da região.

Estima-se que no final de maio os ministérios das relações exteriores dos dois países decidam o começo da obra com base no edital de licitação aprovado pela Caru.

## Textos sobre o assunto

- BID-INTAL. "[Venezuela é membro do Mercosul](#)", em: *Carta Mensal N°192*, agosto de 2012.
- BID-INTAL. "[Ampliação do Mercosul](#)", em: *Carta Mensal N°196*, dezembro de 2013.

# Aspectos destacados dos vínculos externos dos países do Mercosul

## Argentina e Paraguai buscam estreitar vínculos com o México

Por um lado, o [Paraguai](#) e o México reataram as negociações bilaterais tendentes a transformar o Acordo de Alcance Parcial N°38 (AAP-38) em um Acordo de Complementação Econômica (ACE) que estabeleça o livre comércio entre os dois países. O objetivo é assinar o tratado em agosto próximo, e para isso realizarão três novas rodadas de negociação. Por outro lado, os chanceleres da [Argentina](#) e do México mantiveram um encontro no qual definiram a agenda de trabalho bilateral no âmbito do acordo existente entre ambos os países e acordaram a realização de missões de promoção comercial conjunta.

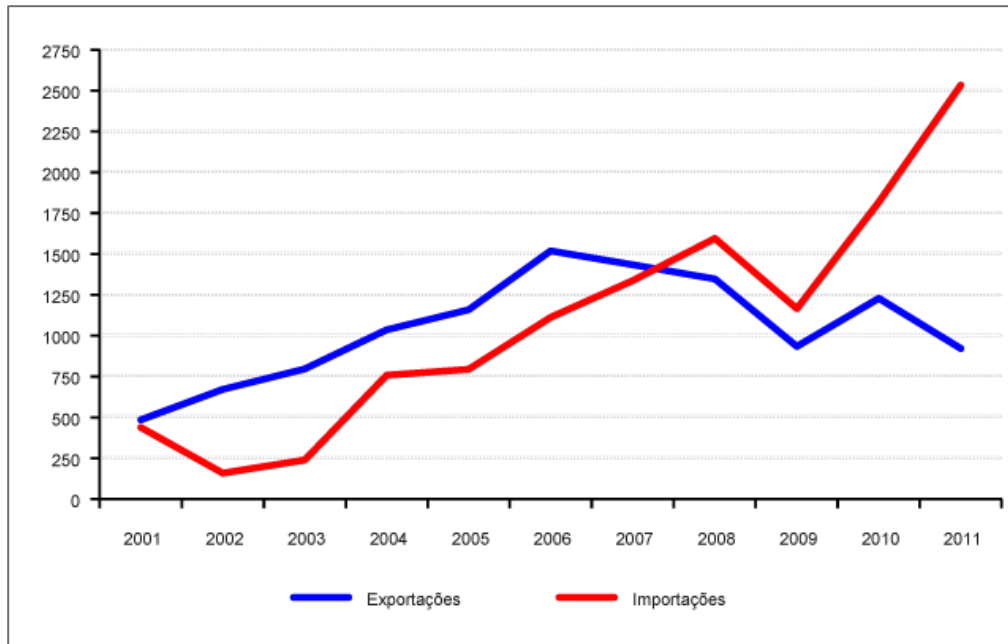
Deve-se lembrar que o [ACE-54](#), assinado em 2002 e vigente desde 2006, funciona como acordo-quadro para a criação de uma zona de livre comércio entre os países do Mercosul e o México. Além disso, o [ACE-55](#) estabelece as bases para a liberalização do intercâmbio e a integração produtiva entre eles no setor automotivo. Este último acordo se encontra vigente para todos os países envolvidos, com exceção do Paraguai. Até o momento, o único integrante do bloco sul-americano que assinou um [acordo de livre comércio](#) com o México foi o Uruguai.

Como se observa nos Gráficos 1 e 2, o intercâmbio com o México é deficitário tanto para Argentina quanto para Paraguai. No último quinquênio as importações de produtos mexicanos foram muito mais dinâmicas que os envios para esse destino, o que contrasta com o ocorrido nos cinco anos anteriores. A reversão do superávit no intercâmbio com México desde 2008, originada em grande parte no setor automotivo, levou a Argentina a suspender, no ano passado, as concessões previstas no ACE-55, as quais foram substituídas posteriormente por um esquema de cotas. Em 2011, as exportações argentinas para o México foram de US\$ 921 milhões e as compras a esse país, de US\$ 2,533 bilhões. O Paraguai, por sua vez, registrou importações do México por US\$ 188 milhões durante 2011, enquanto as vendas para esse país atingiram apenas US\$ 9,8 milhões.



Gráfico 1. Comércio de mercadorias da Argentina com o México

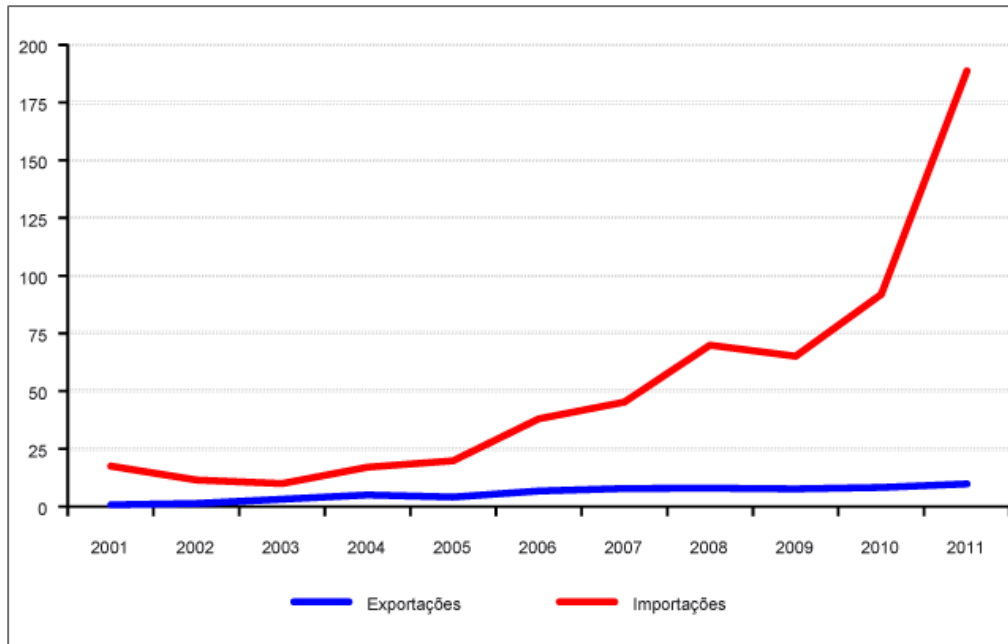
US\$ milhões



Fonte: Dataintal.

Gráfico 2. Comércio de mercadorias do Paraguai com o México

US\$ milhões



Fonte: Dataintal.

### Outros aspectos relevantes da agenda externa dos países do Mercosul

Em conformidade com o objetivo de fortalecer seus laços extrarregionais, o Paraguai solicitou sua adesão como observador à [Aliança do Pacífico](#), integrada pelo Chile, Colômbia, México e Peru. Deve-se destacar que o Uruguai participa como observador de forma individual e que o Mercosul em seu conjunto solicitou sua incorporação sob essa modalidade durante a última cúpula do Conselho do Mercado Comum, da qual o Paraguai não participou por estar suspenso. Outros países observadores são Austrália, Canadá, Espanha, Japão e Nova Zelândia, enquanto a Costa Rica e o Panamá são candidatos a se incorporarem à Aliança do Pacífico em caráter de membros plenos.

Por outro lado, deve-se mencionar que o Brasil assinou com o Equador um [acordo de serviços aéreos](#), mediante o qual cada país concede à sua contraparte diversos direitos para a exploração em determinadas rotas especificadas.

## Textos sobre o assunto

- BID-INTAL. "[Brasil e México negociarão um acordo de livre comércio](#)", em: *Carta Mensal N°157*, agosto de 2009.
- BID-INTAL. "['Aliança do Pacífico': uma nova iniciativa que une Chile, Colômbia, México e Peru](#)", em: *Carta Mensal N°177*, maio de 2011.
- BID-INTAL. "[Acompanhamento da agenda interna e externa](#)", em: *Carta Mensal N°187*, março de 2012.
- BID-INTAL. "[Mais medidas comerciais nos países do Mercosul](#)", em: *Carta Mensal N°191*, julho de 2012.
- BID-INTAL. "[Cúpula do Mercosul](#)", em: *Carta Mensal N°196*, dezembro de 2012.



## 12ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores de Países-Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

No dia 3 de maio foi realizada em El Coca, Equador, a [12ª reunião de ministros das relações exteriores de países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica \(OTCA\)](#), que reúne Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. As autoridades se comprometeram a aprofundar, ampliar e fortalecer o processo de cooperação regional, estimulando o desenvolvimento harmônico e integral do território amazônico em seus respectivos países. Deve-se destacar que o [Brasil](#), que representa cerca de 60% da superfície da Floresta Amazônica, aprovou a outorga de financiamento não reembolsável de US\$ 12 milhões para o Projeto de Monitoramento de Cobertura Florestal no âmbito da OTCA. Este é o primeiro projeto internacional do Fundo Amazônia e a primeira vez que oferece financiamento desse tipo a um organismo internacional.

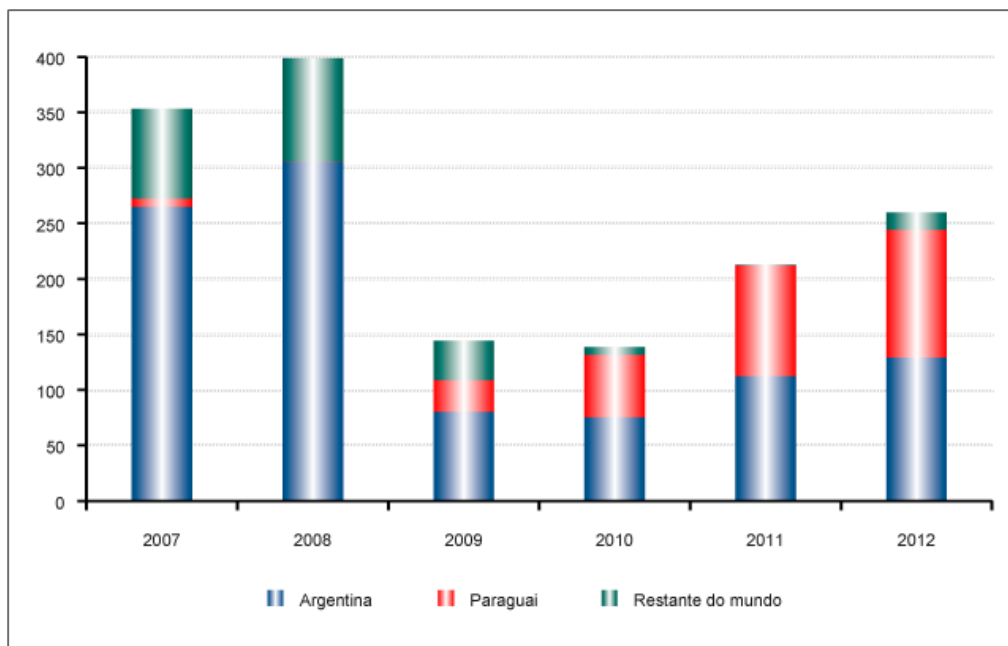
## Restrições no Chile afetam exportações de milho argentino e paraguaio

A Comissão Nacional encarregada de Investigar a Existência de Distorções no Preço das Mercadorias Importadas ([CNDP](#)) do Chile decidiu em abril impor uma [salvaguarda](#) de 9,7% sobre as importações de milho em grão. Apesar de estas medidas se aplicarem às compras originárias de qualquer país, afetarão principalmente a Argentina e o Paraguai, que fornecem conjuntamente 94,7% do volume de compras externas desse produto por parte do Chile.[1] Cabe mencionar que aproximadamente quatro de cada dez toneladas do milho que é consumido no Chile são importadas. As principais regiões chilenas dedicadas ao cultivo de milho são a VI (Libertador General Bernardo O'Higgins) e a VII (Maule), localizadas no centro do país, que concentram em conjunto 73% da produção.



### Gráfico 1. Origem das importações chilenas de milho em grão

Posições tarifárias 10059000,10059020 e 10059090, em US\$ milhões

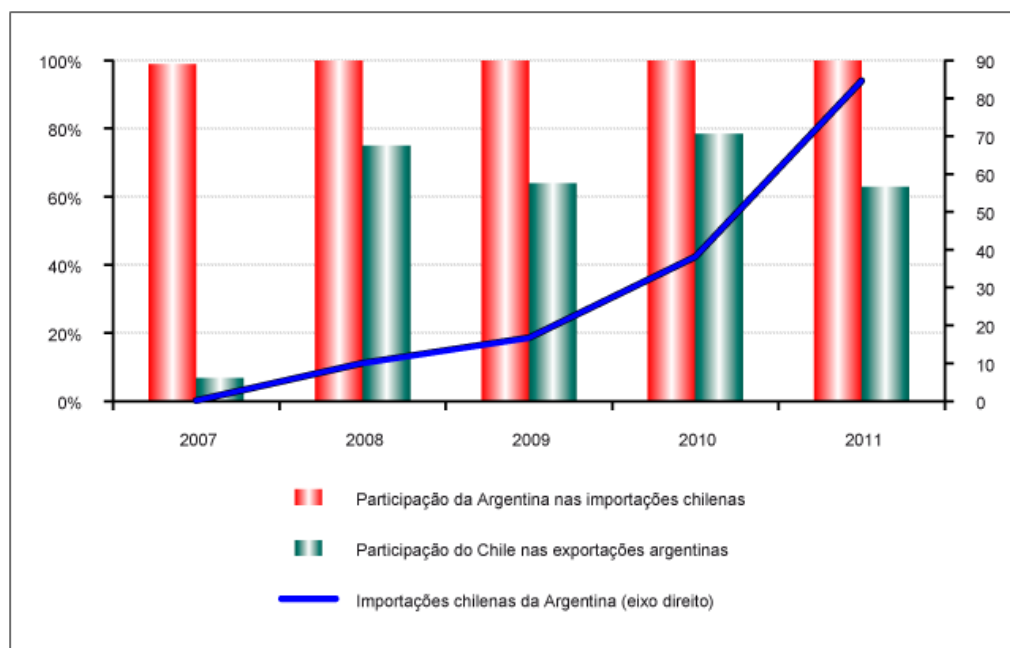


Fonte: Dataintal e Cotrisa.

Deve-se destacar que essa restrição se soma ao [direito antidumping](#) de 10,8% estabelecido pelo Chile em março passado sobre o milho partido oriundo da Argentina (único fornecedor estrangeiro desse produto no mercado chileno). O mercado chileno é de grande relevância para as exportações argentinas dessa mercadoria, com uma participação de 62,9% em 2011 (Gráfico 2). No caso do milho em grão, pelo contrário, o Chile só absorve 2,3% das vendas externas da Argentina.

## Gráfico 2. Importações chilenas de milho partido oriundas da Argentina

Posição tarifária 11042300, valor em milhões de US\$, participação da Argentina nas importações chilenas e do Chile nas exportações argentinas desse produto em porcentagem



Fonte: Dataintal e Comtrade.

A fundamentação dos produtores chilenos que exigem a aplicação desses impostos adicionais é que o imposto à exportação do milho picado na Argentina é de 15% e conta com um reembolso de 3,4%, enquanto a alíquota para as vendas externas de milho em grão é de 20%. Esta diferença favorece a exportação do primeiro. Cabe assinalar que a estrutura escalonada dos direitos de exportação da Argentina também motivou a aplicação de sobretaxas às importações de farinha de trigo e lácteos originários desse país.[2]

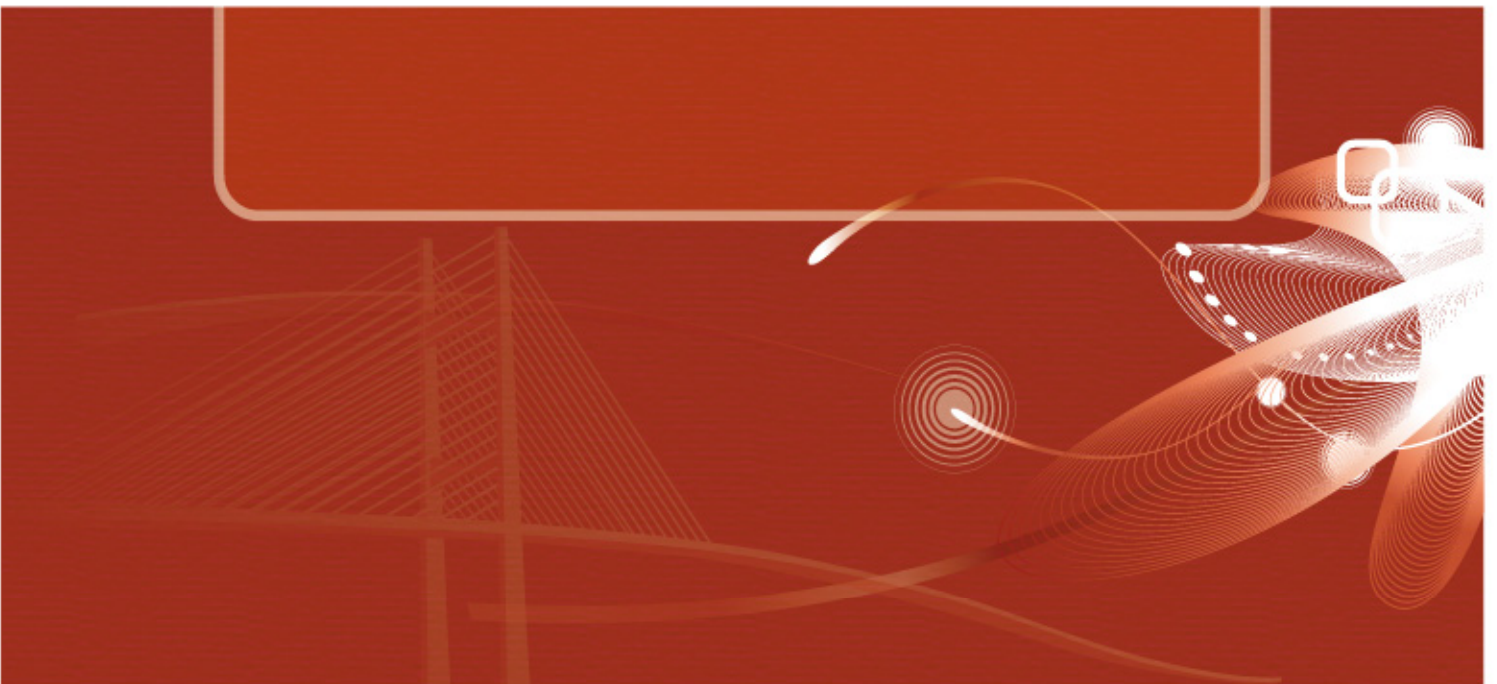
[1] Em 2012, a Argentina forneceu 52% do volume de milho em grão importado pelo Chile e o Paraguai, 42,7%. Fonte: Codepa.

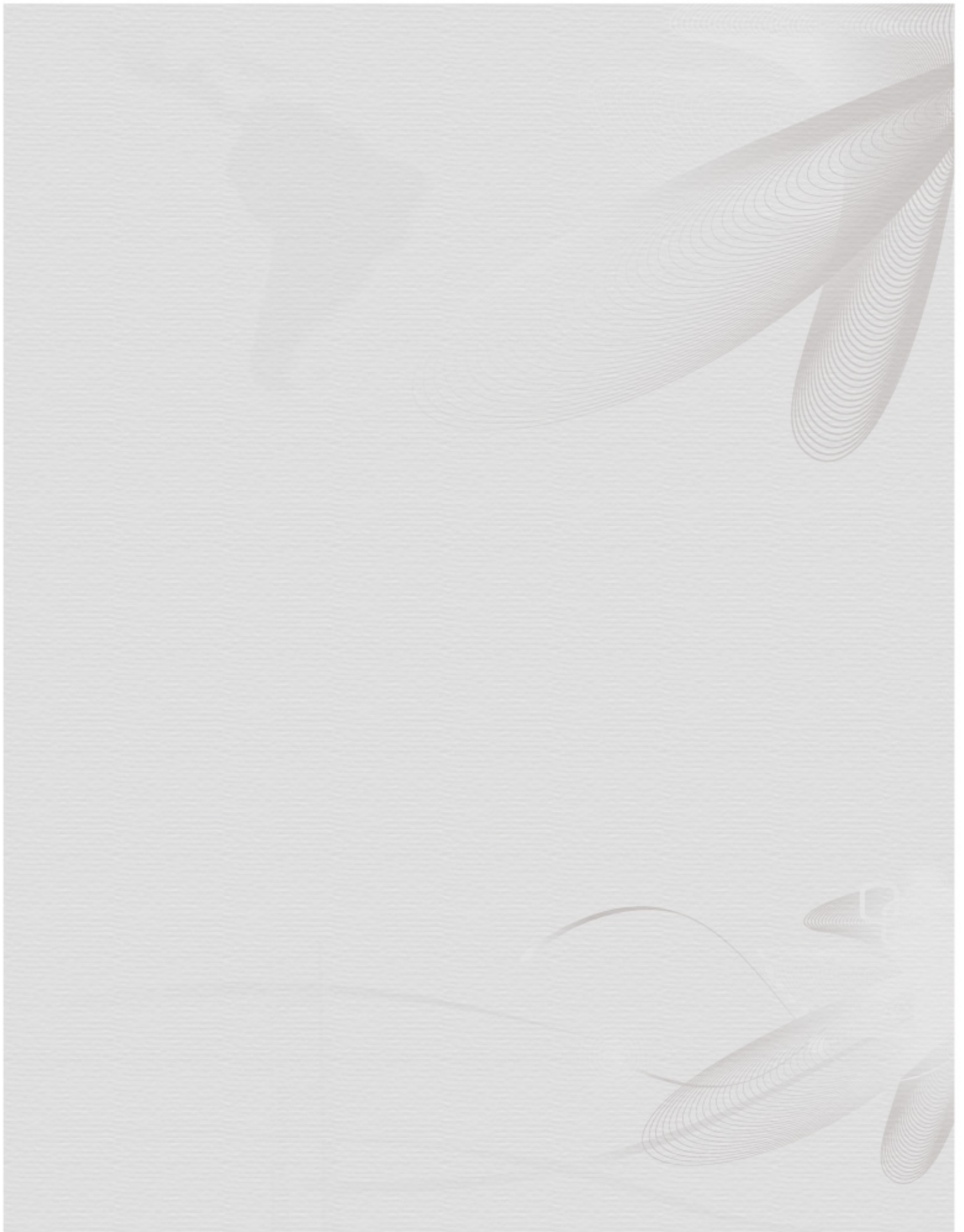
[2] Valor Soja. [El gobierno chileno evalúa volver a restringir el ingreso de maíz pisado argentino: últimos días para registrar exportaciones](#). Terça 8 de janeiro de 2013.





# Panorama Regional e Global







# Cenários de negociação nas principais economias

Nos últimos meses as quatro maiores economias do mundo – China, Estados Unidos, Japão e a União Europeia – estão desenvolvendo negociações comerciais. Trata-se de cenários diferentes em cada caso, embora o objetivo seja similar: face à paralisia da Rodada de Doha há interesse em incentivar acordos que permitam dinamizar e aprofundar as relações comerciais. Por um lado, o mundo emergente, liderado pela China, busca harmonizar os acordos existentes no Pacífico; e, por outro, os países desenvolvidos impulsionam o aprofundamento de suas relações comerciais. Todas as iniciativas mantêm uma abordagem integral que está presente nos processos de integração dos últimos tempos, incluindo temas que vão além das questões tarifárias e se concentram na redução dos obstáculos não tarifários, como as regulamentações, padrões e procedimentos alfandegários, assim como serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual, entre outros.

## Harmonização dos acordos comerciais no Pacífico

De 9 a 13 de maio foi realizada a primeira rodada de negociação do acordo para a Cooperação Econômica Regional Integral (RCEP, sigla em inglês) em Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, na qual foram discutidos o alcance e a metodologia das negociações.

Os antecedentes dessa negociação encontram-se no estudo de factibilidade para um tratado de livre comércio (TLC) entre a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), China, Japão e República de Coreia, conhecido como ASEAN+3, no qual se incluíram Austrália, Índia e Nova Zelândia em 2007, transformando a denominação em ASEAN+6. O processo de estudo terminou em 2011, dando lugar ao conceito de RCEP.

O RCEP foi lançado em novembro de 2012 na 21ª Cúpula da Asean em Phnom Penh, Camboja, com o objetivo de, por um lado, integrar os TLCs existentes, e, por outro, aprofundar a cooperação e integração econômica com relação à existente na atualidade. Nesse sentido, uma das dificuldades da negociação surge das características de “*spaghettibowl*” que a região apresenta em termos dos acordos vigentes e, mais especificamente, com relação às regras de origem e às classificações tarifárias. Hoje, a Asean possui acordos com cada um dos restantes seis países (Quadro 1), entre alguns dos quais, por sua vez, também existem TLCs ou estes estão sendo negociados. Só o Japão e a Nova Zelândia de um lado, e a China e a Índia do outro, não têm um processo de integração bilateral em andamento, embora caiba destacar que os últimos realizaram um estudo de factibilidade com esse objetivo.

## Quadro 1. Acordos comerciais entre países-membros do RCEP

### Datas de entrada em vigor ou começo da negociação

	Asean	Austrália	Nova Zelândia	China	Japão	República da Coreia	Índia
Asean	Brunel, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia (1992) Vietnã (1995) Laos e Myanmar (1997) Camboja (1999)	2010		2010	2008	2007	2010
Austrália				Em negociação (2005)	Em negociação (2007)	Em negociação (2009)	Em negociação (2011)
Nova Zelândia	2010	1983		2008	n.a.	Em negociação (2009)	Em negociação (2010)
China	2010	Em negociação (2005)	2008	China-Japão-República da Coreia: Em negociação (2012)			Estudo de factibilidade (2007)
Japão	2008	Em negociação (2007)	n.a.	China-Japão-República da Coreia: Em negociação (2012)			2011
República da Coreia	2007	Em negociação (2009)	Em negociação (2009)	China-Japão-República da Coreia: Em negociação (2012)			2010
Índia	2010	Em negociação (2011)	Em negociação (2010)	Estudo de factibilidade (2007)	2011	2010	

Fonte: Elaboração própria.

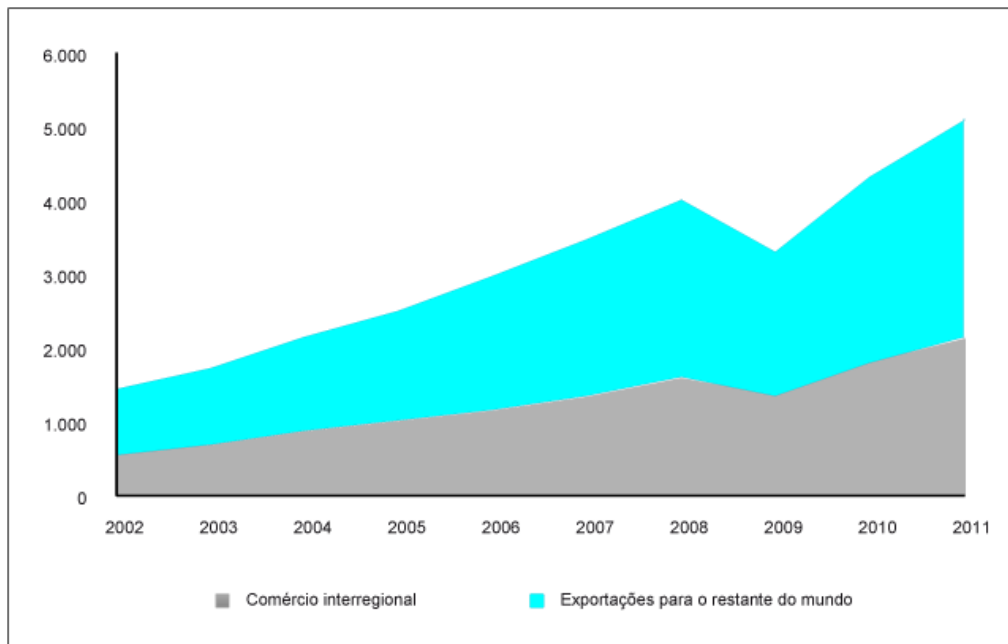
Segundo os [Princípios Reitores e Objetivos para a negociação do RCEP](#), o acordo cobrirá temas de comércio de bens e serviços, investimento, cooperação, propriedade intelectual e competência, assim como disposições sobre solução de divergências. Além disso, o documento afirma que o RCEP será coerente com as normas da Organização Mundial de Comércio (OMC), o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT) e o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), e levará em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento dos países, fornecendo assistência técnica e apoio para o desenvolvimento de capacidades com o objetivo de que todas as partes possam participar ativamente das negociações.

Na [Declaração Conjunta da Primeira Reunião do Comitê de Negociações Comerciais](#) afirmaram que esperam concluir as negociações no final de 2015 e que a segunda rodada será realizada na Austrália em setembro de 2013.

Como foi mencionado na [Carta Mensal INTAL N°200](#), este grupo de países representa cerca de 30% do PIB e do comércio mundial e aproximadamente a metade da população. Em 2011, o intercâmbio entre as economias que negociam o RCEP alcançou US\$ 2,133 trilhões, montante que explica cerca de 40% de suas exportações totais. Cabe destacar também que nos últimos dez anos, esse conjunto de países quadruplicou seus fluxos intrarregionais (Gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução do comércio intra-RCEP e com o restante do mundo

Em US\$ bilhões



Fonte: Elaboração própria com dados do Comtrade.

### União Europeia e Japão: barreiras não tarifárias e compras governamentais

As negociações entre a União Europeia (UE) e o Japão começaram em março de 2013, depois que o Conselho da UE avalizou as negociações com base no estudo de impacto realizado em 2012. A primeira rodada realizou-se em Bruxelas de 15 a 19 de abril. Entre os temas mais relevantes a negociar encontram-se as barreiras não tarifárias e as compras governamentais, além da liberalização em bens, serviços e investimentos.

O Japão é o sétimo sócio comercial em importância da UE e o segundo na Ásia, depois da China; por sua vez, a UE é o terceiro sócio mais relevante da economia japonesa, depois da China e dos Estados Unidos. O comércio entre estas duas economias é principalmente intraindustrial nos setores de maquinaria e equipamento de transporte e produtos químicos, embora a UE também exporte bens agrícolas para esse mercado. Em 2011, as vendas europeias para o Japão atingiram 49 bilhões de euros, enquanto as importações dessa origem foram de 69,2 bilhões de euros. As duas economias, em conjunto, explicam um terço do produto mundial.

## Estados Unidos e União Europeia: questões de regulamentação

O Acordo de Associação Transatlântica de Comércio e Investimento que será negociado pela UE e os Estados Unidos, depois de sua aprovação pelo Conselho Europeu, buscará eliminar as barreiras não tarifárias ao comércio, já que as tarifas existentes são relativamente baixas (cerca de 4%, em média). Os principais obstáculos ao comércio se encontram nos procedimentos alfandegários e em algumas restrições regulatórias que surgem das diferenças em padrões de segurança e proteção do consumidor.

As duas economias, em conjunto, representam aproximadamente a metade do produto mundial e um terço dos fluxos de comércio totais. Em 2012, a UE exportou para os Estados Unidos 291,880 bilhões de euros e importou dessa origem 205,778 bilhões, o que implicou um superávit de 86,102 bilhões de euros. Cabe destacar que as economias são, reciprocamente, o principal sócio comercial. Da mesma forma como ocorre com o Japão, o intercâmbio é majoritariamente intraindustrial nos setores de maquinaria e equipamento de transporte e produtos químicos, embora também sejam trocados alguns produtos agrícolas e combustíveis.

### Fontes:

Asean

<http://www.asean.org/>

China FTA Network

<http://fta.mofcom.gov.cn/english/index.shtml>

Comissão Europeia

<http://ec.europa.eu/trade/>

Departamento de Relações Exteriores e Comércio da Austrália

<http://www.dfat.gov.au/fta/rcep/>

FTA Portal Information Service of Korea

<http://www.customs.go.kr/kcshome/site/index.do?layoutSiteId=engportal>

Ministério das Relações Exteriores do Japão

<http://www.mofa.go.jp/index.html>

Ministério de Relações Exteriores e Comércio da Nova Zelândia

<http://www.mfat.govt.nz/Trade-and-Economic-Relations/2-Trade-Relationships-and-Agreements/RCEP/>

## Novo Diretor-Geral da OMC

Em 14 de maio, o Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) nomeou, em uma reunião extraordinária, o embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo como próximo Diretor-Geral do organismo. Azevêdo, que até o momento atuou como Representante Permanente do Brasil na OMC, começará seu mandato de quatro anos no próximo dia 1º de setembro.

O processo de seleção para substituir o atual Diretor-Geral, Pascal Lamy, começou em outubro de 2012. Inicialmente as delegações apresentaram nove candidatos que foram submetidos a três rodadas de seleção. A designação do brasileiro contou principalmente com o apoio da China e de outras potências emergentes.

Em seu [discurso](#) de agradecimento, Azevêdo destacou o trabalho do Conselho Geral em sua capacidade de alcançar um consenso para a designação final e prometeu trabalhar com firmeza para restaurar o papel e a preeminência que a OMC deveria ter. Além disso, fez referência à Conferência Ministerial de Bali, que será realizada de 3 a 6 de dezembro de 2013, como o próximo desafio a enfrentar.

Para mais informações, veja o seguinte [link](#).



## Competitividade, inovação e desenvolvimento sustentável: eixos do Fórum Econômico Mundial para a América Latina

De 23 a 25 de abril foi realizado em Lima, Peru, o Fórum Econômico Mundial para a América Latina. O evento faz parte de um dos seis encontros regionais vinculados ao [Fórum Anual de Davos](#). Com o tema "[Trazendo Crescimento, Fortalecendo Sociedades](#)", mais de 600 líderes e especialistas internacionais debateram sobre a base de três pilares: melhora da competitividade, inovação social e desenvolvimento sustentável. O [programa](#) do Fórum consistiu em reuniões e seminários em que líderes políticos e atores do mundo empresarial discutiram sobre a situação dos países latino-americanos no contexto internacional. Entre as figuras destacadas que participaram da reunião encontra-se o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno. Também estiveram presentes representantes de outros organismos internacionais e chefes de governo da região.

Para mais informações, veja o seguinte [link](#).



## Textos sobre o assunto

- BID-INTAL. "[Dinamismo Resistente. Nova Edição do Fórum de Davos](#)", em: *Carta Mensal N° 198*, fevereiro de 2013.

Aliança do Pacífico: Ministros da Economia buscam fortalecer a integração financeira

Os Ministros da Economia dos países da [Aliança do Pacífico](#) (Colômbia, Chile, Peru e México) se reuniram em paralelo ao Fórum Econômico para a América Latina para tratar temas vinculados ao fortalecimento da integração financeira e mercados de capitais dentro do bloco. Em especial, trabalharam para estabelecer em breve mecanismos para a harmonização do tratamento tributário e a regulamentação de seus investimentos.

No próximo dia 23 de maio será realizada a Cúpula Presidencial dos países da Aliança na cidade colombiana de Cali.

Para mais informações, veja o seguinte [link](#).

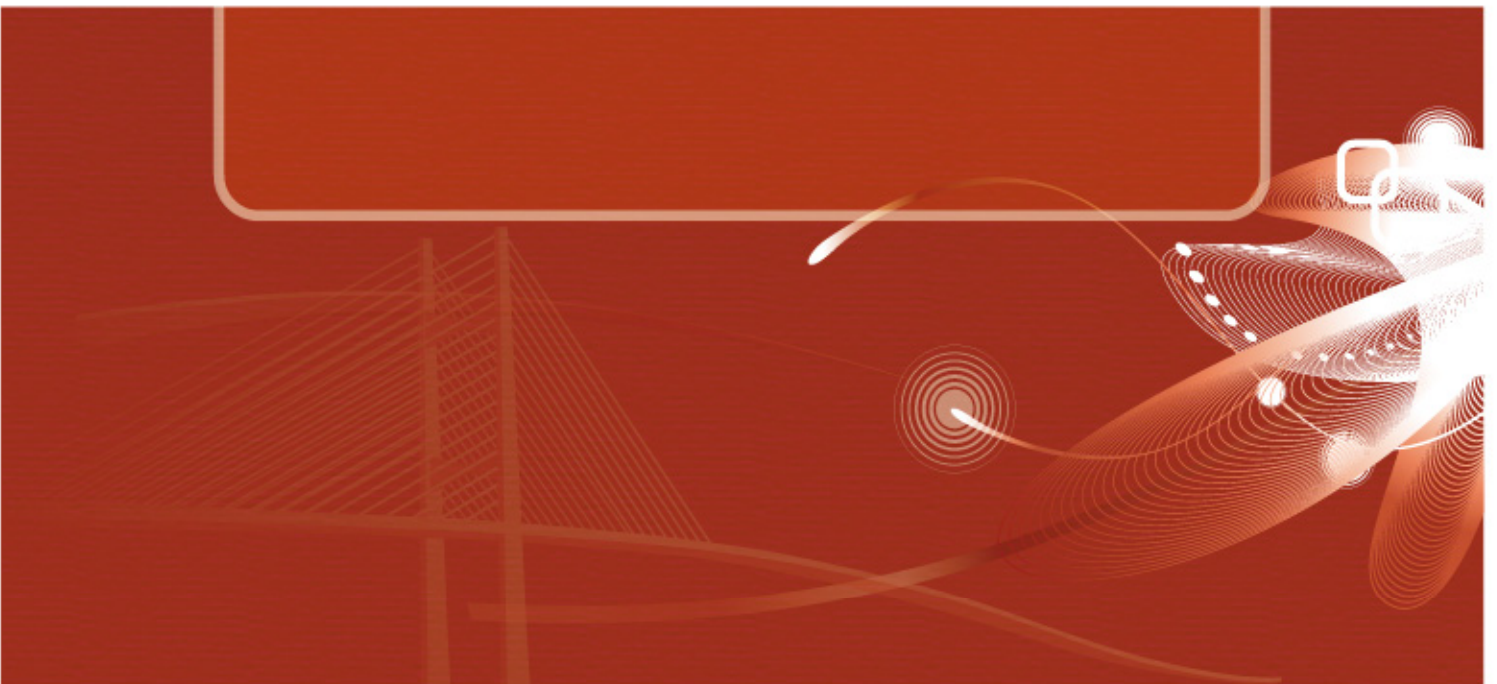
## Textos sobre o assunto

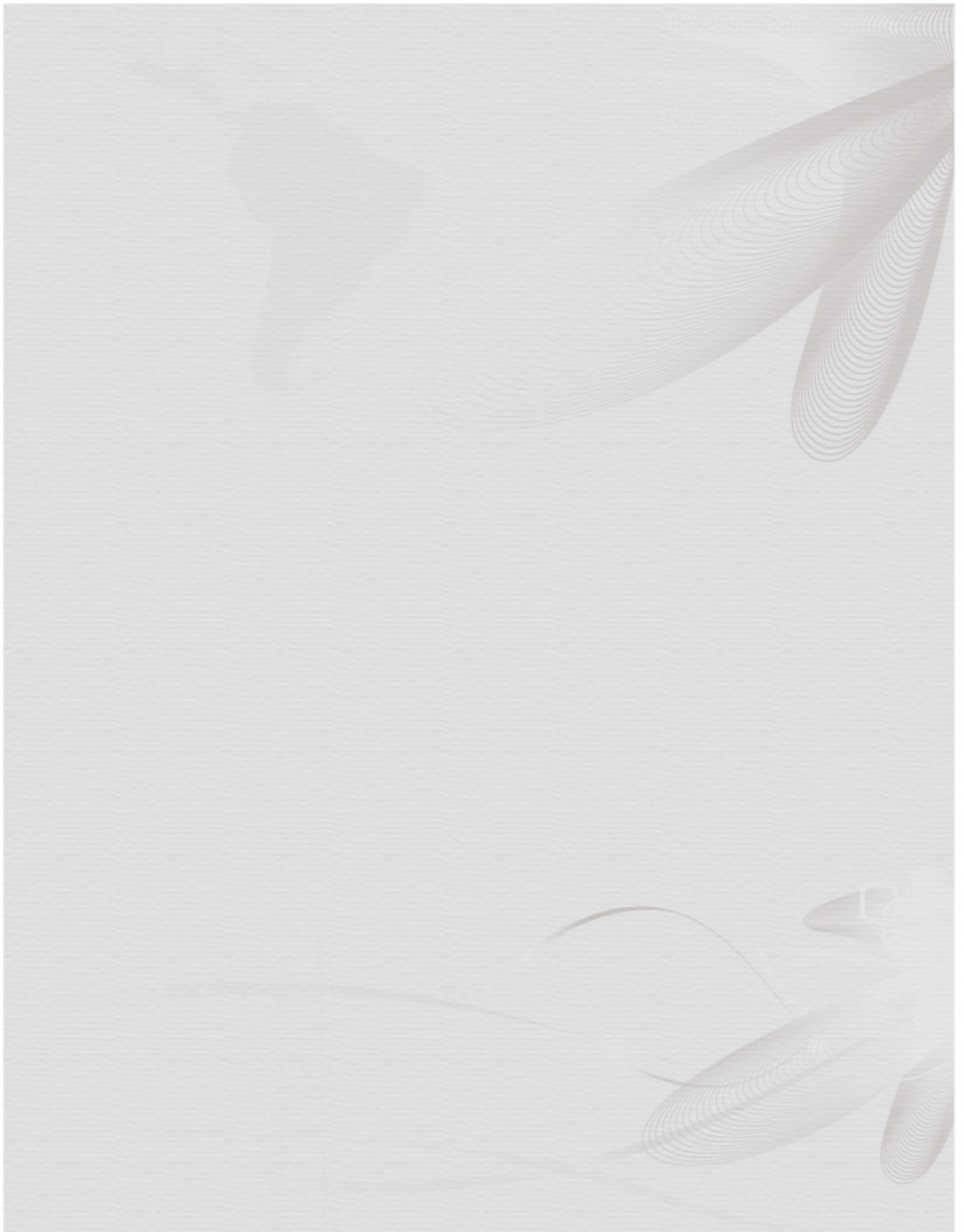
- BID-INTAL. "[A Aliança do Pacífico montou cronograma de trabalho para 2013](#)", em: *Carta Mensal N° 197*, janeiro de 2013.
- BID-INTAL. "[Novas dimensões da relação Ásia-América Latina](#)", em: *Carta Mensal N°190*, junho de 2012.
- BID-INTAL. "[Líderes da Aliança do Pacífico aprovam acordo marco](#)", *Carta Mensal N° 187*, março de 2012.
- BID-INTAL. "[A Aliança do Pacífico traça seus objetivos](#)", *Carta Mensal N° 184*, dezembro de 2011.
- BID-INTAL. "['Aliança do Pacífico': uma nova iniciativa que une Chile, Colômbia, México e Peru](#)", *Carta Mensal N° 177*, maio de 2011.






# Outras Atividades do BID







## São necessários recursos financeiros adicionais na América Latina e no Caribe para contribuir para as metas globais de estabilização do clima

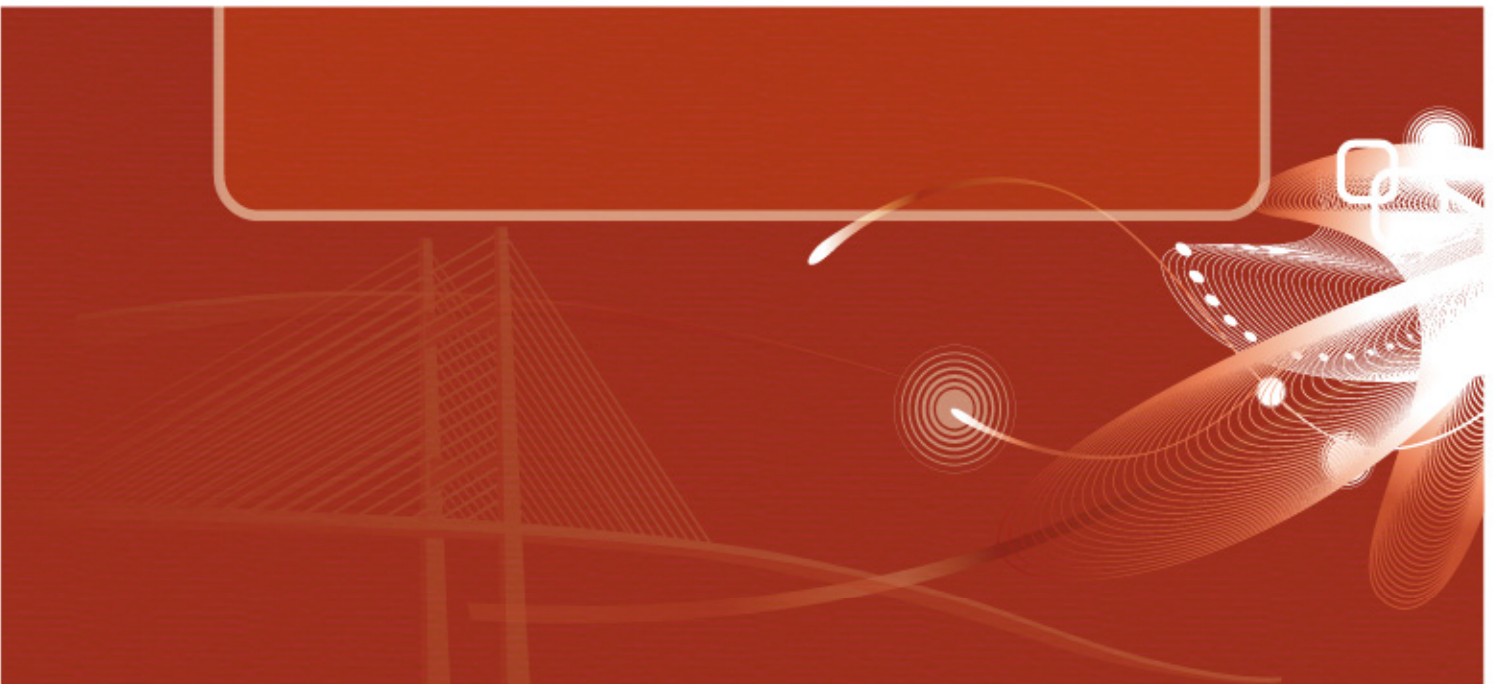
Estimações recentes indicam que serão necessários cerca de US\$100 bilhões anuais para implementar estratégias-chave de mitigação. ([link](#)).

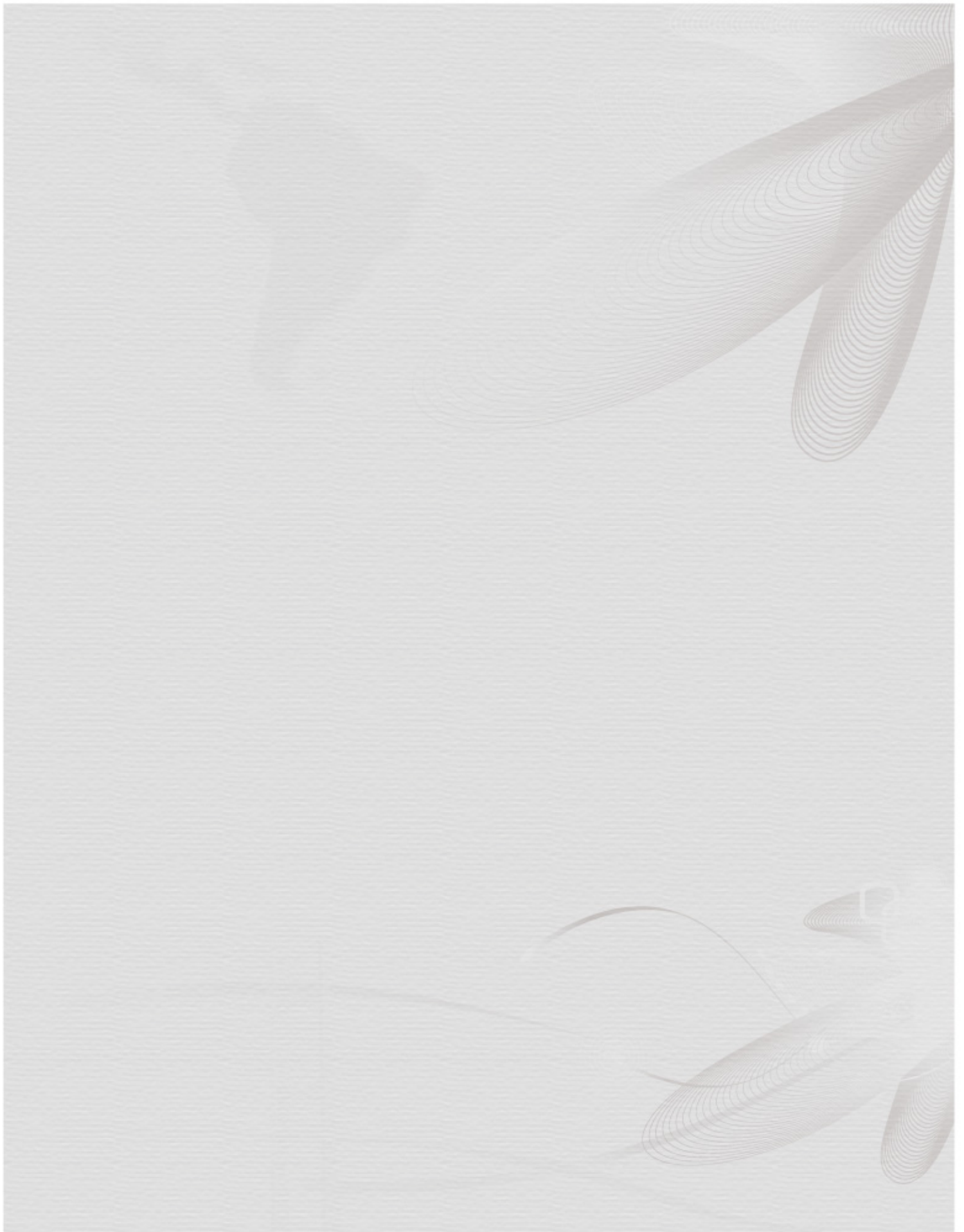






# Centro de Documentação INTAL








## Resenhas Bibliográficas

### **Ruchansky, Beno. Integración eléctrica en América Latina: antecedentes, realidades y caminos por recorrer. Edición: Santiago de Chile: CEPAL, Febrero de 2013 [150 p.] (só em espanhol)**

El trabajo consiste en una descripción de la integración eléctrica en América Latina, señalando los beneficios y los principales obstáculos que enfrenta. Para ello se basa en una recopilación de estudios de casos de los países de la región, elaborados por distintos autores especialistas en la materia.

El primer capítulo plantea la importancia de la integración física y de la conectividad entre los distintos países, como condición necesaria de los procesos de integración económica y política. En particular, la integración energética es valorada por su rol fundamental en la consolidación de los procesos de integración de la región. Se revisan los antecedentes de la integración eléctrica, señalando a las represas binacionales de Salto Grande (1980), Yacyretá (1994) e Itaipú (1984) y la creación de la Organización Latinoamericana de Energía (OLADE) en 1973 como los primeros hitos relevantes. Si bien se plantean los beneficios potenciales de la integración eléctrica, tales como el aprovechamiento de complementariedades por diferencias en husos horarios, la estacionalidad climática y la generación de escalas óptimas, el obstáculo principal reside en que cuando un país tiene dificultades para abastecer su demanda interna, suele privilegiar el mercado interno en detrimento del cumplimiento de sus compromisos de exportación.

El segundo capítulo trata sobre la integración eléctrica entre Colombia, Ecuador y Perú. El trabajo distingue entre dos fases en este tipo de procesos. La primera consiste en transacciones internacionales de electricidad (TIE), que implican reglas de operación técnica y económica para interconectar los sistemas nacionales, en tanto que la segunda, no alcanzada aún por este grupo de países, representa una mayor integración e implica proyectos de inversión comunes en transmisión y generación. A continuación se analiza el marco regulatorio y la infraestructura para el intercambio de energía, mostrando que ha tenido lugar principalmente entre Colombia y Ecuador y solamente ha comprendido a los excedentes mediante transacciones de corto plazo. El trabajo muestra que no se ha podido desarrollar un mercado de contratos bilaterales a largo plazo porque las decisiones apuntan a la autosuficiencia de los países. La investigación también proyecta los




escenarios de generación de energía de los tres países en el largo plazo, mostrando los futuros excedentes de Colombia y Ecuador y la autosuficiencia de Perú. En ese marco, el documento plantea la necesidad de algún grado de coordinación en la planificación de la expansión, en particular de las fechas de ingreso de nueva capacidad si se busca el desarrollo de un mercado regional. El trabajo señala que, de lo contrario, los intercambios continuarán limitándose a ciertas condiciones hidrológicas o a situaciones específicas en relación con los costos marginales de los sistemas en determinados momentos.

El tercer capítulo describe la conformación del mercado eléctrico regional de América Central. Se señala la firma del Tratado Marco del Mercado Eléctrico en 1996 y de sus dos Protocolos como el paso más importante en la integración energética regional, ya que fijan el marco legal para el desarrollo del proyecto del Sistema de Interconexión Eléctrica para los Países de América Central (SIEPAC). El SIEPAC consiste en la creación de un Mercado Regional de Electricidad (MER)- en el que pueden participar los seis países del istmo, respetando su soberanía- y la construcción de una línea de transmisión para intercambios entre países. El trabajo sostiene que, desde la primera interconexión en 1975, el intercambio de electricidad ha sido muy modesto, y solo ha tenido lugar en situaciones de emergencia o de excedentes de generación hidroeléctrica por condiciones climáticas favorables. El documento hace una revisión del funcionamiento del MER, su diseño e instituciones y su interconexión con Colombia y México. Se incluye una evaluación del proyecto SIEPAC, que remarca la necesidad de coordinar la planificación e impulsar el desarrollo de los contratos de largo plazo con el fin de facilitar la aparición de plantas de generación de gran tamaño que aprovechen las economías de escala y de ese modo alcanzar beneficios regionales. Se sostiene que el proceso de integración eléctrica centroamericana está perdiendo su dinamismo inicial, en parte porque prima el criterio del autoabastecimiento y la autonomía. Se plantea la necesidad de la promoción de plantas regionales, con vocación de exportar energía a largo plazo.

El cuarto capítulo describe la integración eléctrica de Argentina con sus países vecinos. Se describen los vínculos con Brasil, a través de las interconexiones Garabí I y II y Paso de los Libres-Uruguayana, como también los recursos compartidos, tales como el río Uruguay. Con Paraguay, los vínculos se dan a través de la interconexión de sistemas eléctricos, por la venta de energía “en tránsito” de Paraguay a Uruguay y también por los recursos compartidos como las centrales hidroeléctricas Yacyretá y Corpus. Se describen también las interconexiones con Uruguay y Chile. Se presentan los principales obstáculos a la integración energética en el MERCOSUR, que son principalmente los cambios profundos y frecuentes en los marcos regulatorios.

El último capítulo detalla la integración eléctrica internacional de Brasil, principalmente las interconexiones con Itaipú Binacional y con la Argentina a través de la convertidora de Garabí. El sistema eléctrico brasileño posee una variedad de proyectos nacionales que permite el abastecimiento del país con seguridad y a costos competitivos, principalmente de fuente hídrica. En este sentido, el impulso a la integración eléctrica con los países vecinos no deriva de la necesidad de asegurar la provisión de energía eléctrica a bajo costo, sino que las inversiones de Brasil en el sector eléctrico en el exterior - lideradas por ELETROBRAS, con el apoyo del BNDES- tienen como objetivo la integración económica y la internacionalización de las empresas brasileñas. La investigación sostiene que el modelo comercial brasileño (a través de la firma de contratos que representan una garantía de suministro y no de intercambios de energía física) si bien es adecuado y eficiente para el funcionamiento del sector en el país, impone condiciones al comercio internacional de energía que restringen las posibilidades de construir una integración completa de mercados. La dificultad para implementar este mercado integrado se debe





principalmente a las diferencias del modelo brasileño en comparación con el de los otros países, que se basan en el intercambio de energía física. Se describen además los vínculos con Bolivia (Central Térmica de Cuiabá), Uruguay (Convertora de Rivera) y Venezuela (Línea de transmisión de Guri a Roraima).

El valor de la publicación reside en echar luz acerca de la integración eléctrica, a través de un análisis amplio, que incluye la regulación, las operaciones de intercambio de energía y las inversiones conjuntas entre los distintos países de América Latina. Si bien los estudios de caso esbozan cuáles son las principales problemáticas para avanzar en la integración eléctrica, el trabajo adolece de conclusiones generales y recomendaciones de política, que lo volverían una herramienta útil para la planificación energética de la región.



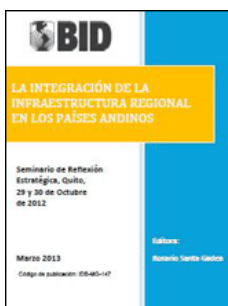
## Alerta Bibliográfica

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#)



## Bibliografias em destaque do mês

\* Santa Gadea, R., ed. (2013). La integración de la infraestructura regional en los países andinos. Washington: BID



Santa Gadea, R., ed. (2013). La integración de la infraestructura regional en los países andinos. Washington: BID

**Autor:** Santa Gadea, Rosario, ed.

**Título:** La integración de la infraestructura regional en los países andinos


**Otros responsables:** Cuenin, Fernando; Rodriguez Molina, Raúl

**Edición:** Washington: BID, March 2013 [210 p.]

**Temas:** <INTEGRACION FISICA><INFRAESTRUCTURA><PASOS DE FRONTERA><INTEGRACION FRONTERIZA><CUENCAS FLUVIALES><RECURSOS HIDRICOS><CUENCA DEL AMAZONAS><TRANSPORTE FERROVIARIO><TRANSPORTE TERRESTRE><ENERGIA><TELECOMUNICACIONES><COMUNIDAD ANDINA, CAN, >

**Geográficos:** <AMERICA LATINA>

**Resumen:** El presente documento pretende recopilar el contenido del Seminario de Reflexión Estratégica 'Los Países Andinos y la Integración Física de América del Sur', celebrado el 29 y 30 de octubre de 2012, en Quito, Ecuador, su organización se llevó a cabo de Manera Coordinada por Departamento de Países del Grupo Andino, Sector de Infraestructura y Medio Ambiente y Sector de Integración y Comercio del Banco Interamericano de Desarrollo. Los orígenes del Seminario se remontan al Taller sobre Integración Física en América del Sur, celebrado el 16 de noviembre de 2011, en Lima, Perú en donde los representantes de los Gobiernos compartieron puntos de vista y necesidades de apoyo en los proyectos incluidos en la Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración (API) y otros de interés regional. Este seminario tuvo los siguientes objetivos: (i) propiciar la reflexión y el diálogo, tanto entre los países,



como entre ellos y el Banco, sobre la integración de la infraestructura regional en los países andinos, centrando la atención en la integración de las telecomunicaciones, el rol de los pasos de frontera en la interconexión y el desarrollo fronterizo de los países, y la integración energética. Para cada uno de estos temas se presentaron documentos de base elaborados por consultores que incluyeron análisis de oportunidades y desafíos, así como buenas prácticas implementadas en otras regiones; (ii) revisar el avance de los proyectos específicos de integración de interés de los países, que se identificaron en el taller de Lima de 2011, examinar los mecanismos de apoyo técnico y financiero del Banco y la agenda de trabajo a futuro. El presente documento da a conocer los aportes y resultados de este seminario. En primer lugar, se ponen de manifiesto las tendencias generales en América Latina y el Caribe (ALC), con respecto a la demanda y la calidad de la infraestructura...

**Nota general:** Documento resultado del Seminario de Reflexión Estratégica 'Los Países Andinos y la Integración Física de América del Sur', celebrado el 29 y 30 de octubre de 2012, en Quito, Ecuador.

**Nota de contenido:**

**Índice**

**Resumen ejecutivo**

**Introducción**

**Capítulo I:** La integración de la infraestructura regional en los países andinos

**Capítulo II:** Integración de las telecomunicaciones. El anillo de banda ancha sudamericano: oportunidades y desafíos

**Capítulo III:** Pasos de frontera: rol en la interconexión y desarrollo fronterizo de los países andinos

**Capítulo IV:** Integración energética: iniciativas en marcha, evolución de la oferta y la demanda y potencialidades de integración gasífera y eléctrica

**Capítulo V:** Avances en proyectos identificados en taller realizado en Lima 2011

- Proyectos del eje Andino
- Interconexión fronteriza Colombia - Ecuador
- Sistema de conectividad de pasos de frontera Colombia-Venezuela
- Centro binacional de atención en frontera (CEBAF) desaguadero
- Proyectos del eje del Amazonas
- Mejoramiento de la navegabilidad del río Putumayo
- Mejoramiento de la navegabilidad del río Morona
- Proyectos del eje interoceánico central
- Corredor ferroviario bioceánico central (tramo Boliviano)
- Doble vía La paz - Santa Cruz (tramo Yapacañi - Montero)
- Proyectos del eje Perú - Brasil - Bolivia
- Paso de frontera y construcción del CEBAF IÑAPARI (frontera Perú -

- Brasil) y otros componentes vinculados
- Proyectos de energía y telecomunicaciones
  - Sistema de interconexión eléctrica andina (SINEA)
  - Anillo de fibra óptica sudamericano

**Comentarios Finales**

**Bibliografía**

**Anexo 1. Agenda**

**Anexo 2. Lista de participantes**

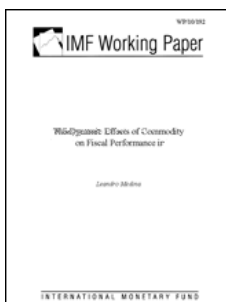
**Anexo 3. Reseña de expositores**

**Accesos al documento: E 338 / BID-INT / 2013**

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

\* Medina Cas, S.; Swiston, A. y Barrot, L. (2012). Central America, Panama, and the Dominican Republic : Trade Integration and Economic Performance. Washington: IMF



**Autor:** Medina Cas, Stephanie; Swiston, Andrew; Barrot, Luis Diego  
**Título:** Central America, Panama, and the Dominican Republic : Trade Integration and Economic Performance  
**Edición:** Washington: IMF, September 2012 [40 p.]  
**Serie:** IMF Working Papers; 12-234  
**Temas:** <INTEGRACION ECONOMICA><COMERCIO INTRARREGIONAL><EXPORTACIONES><ACUERDOS DE LIBRE COMERCIO><RELACIONES COMERCIALES><TECNOLOGIA><ADUANAS>  
**JEL:** F13; F14; F15; F43; O11  
**Geográficos:** <AMERICA CENTRAL><PANAMA><REPUBLICA DOMINICANA>

**Resumen:** This paper studies the potential for the export sector to play a more important role in promoting growth in Central America, Panama, and the Dominican Republic (CAPDR) through deeper intra-regional and global trade integration. CAPDR countries have enacted many free trade agreements and other regional integration initiatives in recent years, but this paper finds that their exports remain below the norm for countries of their size. Several indexes of outward orientation are constructed and suggest that the breadth of geographic trading relationships, depth of integration into global production chains, and degree of technological sophistication of exports in CAPDR are less conducive to higher exports and growth than in fast-growing, export-oriented economies. To boost exports and growth, CAPDR should implement policies to facilitate economic integration, particularly building a customs union, harmonizing trade rules, improving logistics and infrastructure, and enhancing regional coordination.

**Accesos al documento:** eHM FMI-DT 12-234 [2012]  
Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

**\* Coatz, D. (2013). Política pyme en América Latina a la luz de los cambios globales. Madrid: IELAT; Centro de Información Financiera, CIFF; Universidad de Cantabria**



**Autor:**Coatz, Diego

**Título:**Política pyme en América Latina a la luz de los cambios globales

**Edición:**Madrid: IELAT; Centro de Información Financiera, CIFF; Universidad de Cantabria, Marzo 2013 [42 p.]

**Serie:**Documentos de Trabajo UC-CIFF-IELAT; 11

**Temas:**<DESARROLLO ECONOMICO><INTEGRACION REGIONAL><CRISIS><COYUNTURA ECONOMICA><PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS, PYMES><GLOBALIZACION>

**Geográficos:**<AMERICA LATINA>

**Resumen:**Durante la primera década del siglo XXI, América Latina y el Caribe registró su período de mayor crecimiento desde los años ochenta, expandiéndose a un ritmo superior al de la media mundial. Prueba del desempeño satisfactorio de la región fue la resiliencia de los países latinoamericanos durante la fase más aguda de la crisis internacional que viene acechando a la economía global desde mediados de 2007. Con la crisis de la deuda de comienzos de los años ochenta la región exhibió un magro comportamiento que mejoraría a partir de la década siguiente al ingresar en la primera fase ascendente (1991-1997) de los últimos veinte años, etapa que coincidió con un apalancamiento de financiamiento externo y déficit recurrente de cuenta corriente que alimentaba el ciclo y una mayor volatilidad externa. El mejor desempeño de la región se acentuó en la segunda mitad de los años 2000 (2003-2011), una vez superada la media década perdida de estancamiento del nivel de actividad hacia fines de los años 90 lo que coincidió con un proceso de progresivo desendeudamiento...

**Accesos al documento:**eHM UC-CIFF-IELAT DT 11 [2013]

Documento Electrónico

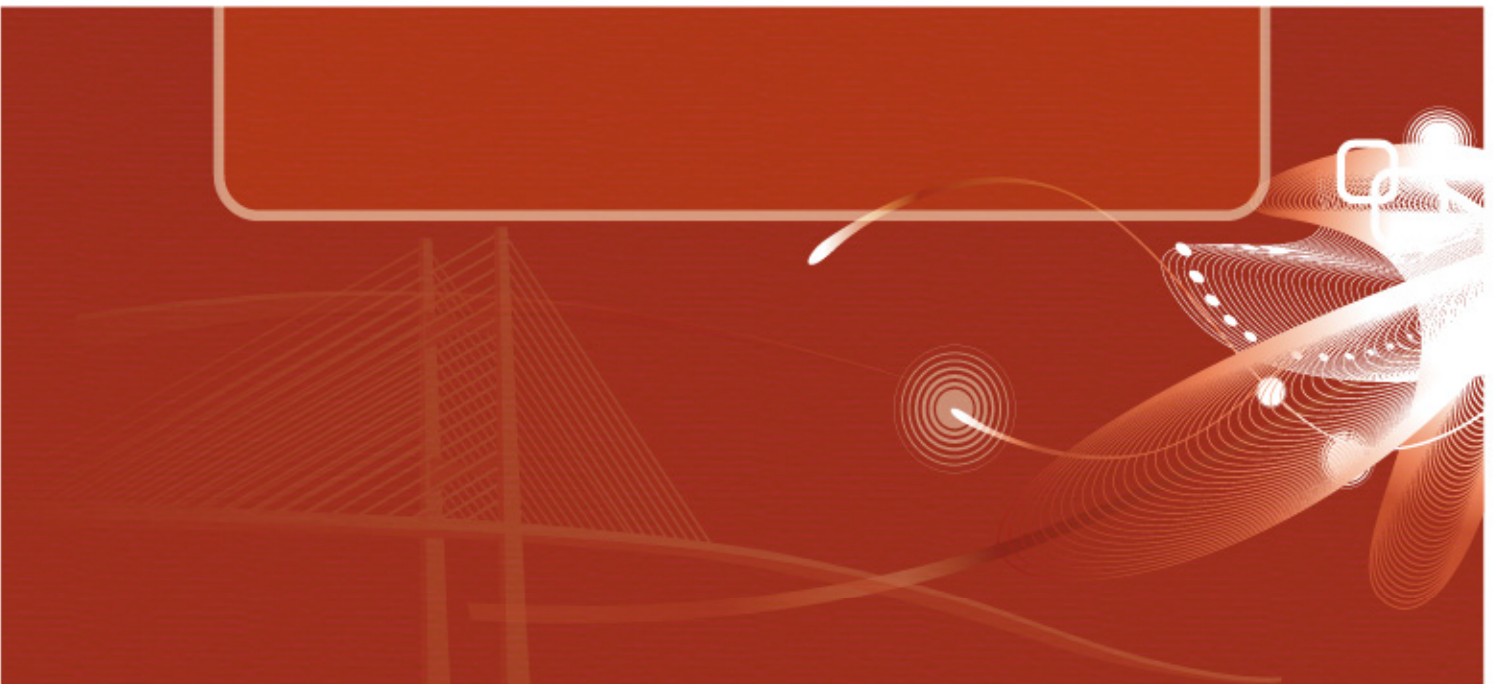
texto completo. Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

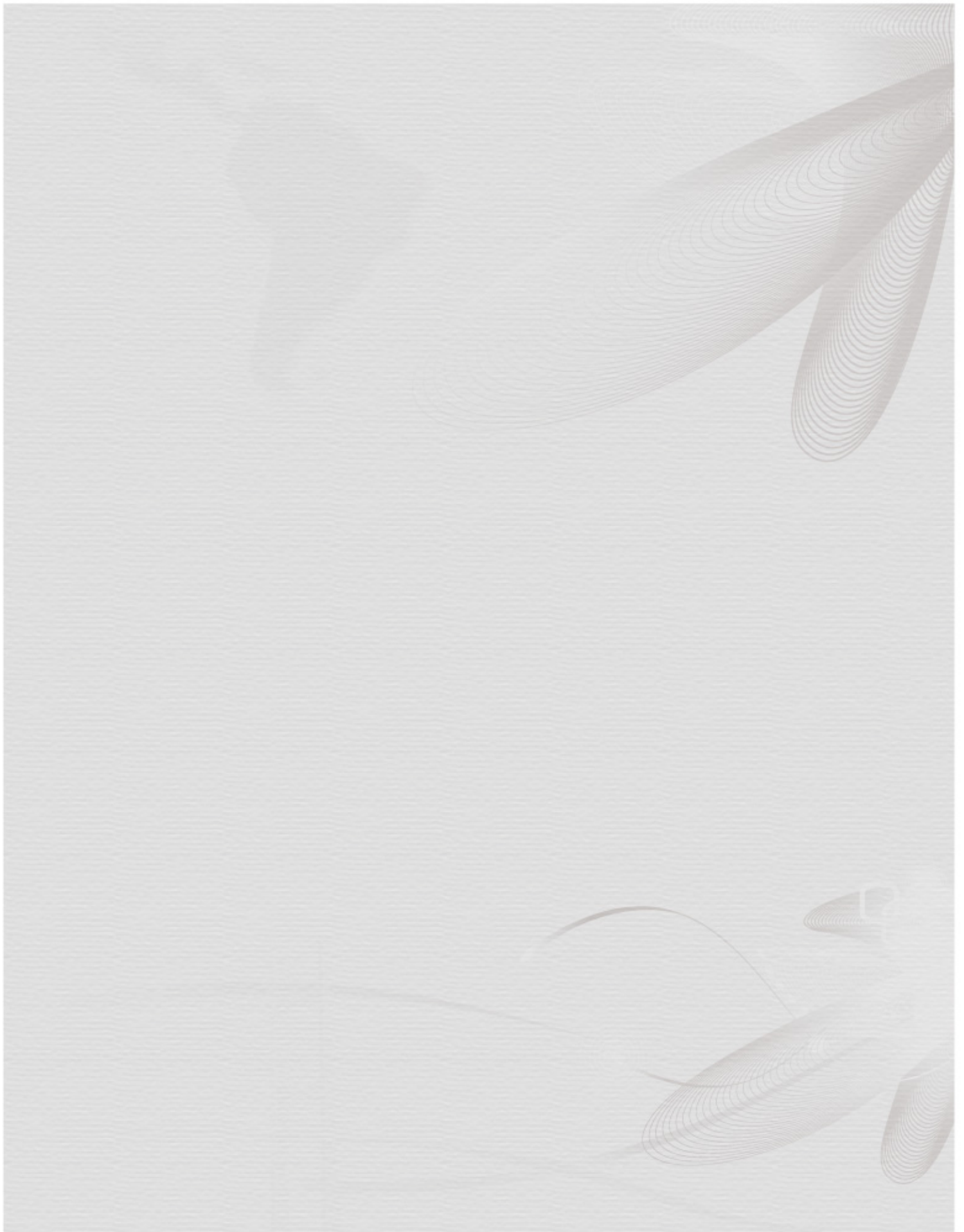






# Redação





*Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.*

**Conselho Diretor:**

*Antoni Estevadeordal  
Ricardo Carciofi*

**Coordenação:**

*Alejandro Ramos Martínez*

**Assessoria técnica:**

*Rosario Campos  
Romina Gayá  
Gala Gómez Minujín  
Kathia Michalczewsky  
Carolina Osorio Duque  
Verónica Toscani*

**Assistência compilação material:**

*Andrea Benítez  
Enzo Di Muro  
Eugenia Piasentini*

**Edição:**

*Susana Filippa  
Pablo Palumbo  
Julieta Tarquini*

**Edição Web:**

*Federico Mazzella  
Pedro Grondona*

*R.P.I.: 5013761  
ISSN: 1027-1899*

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade de seus autores e não refletem

necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.


O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido, e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados; este documento pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

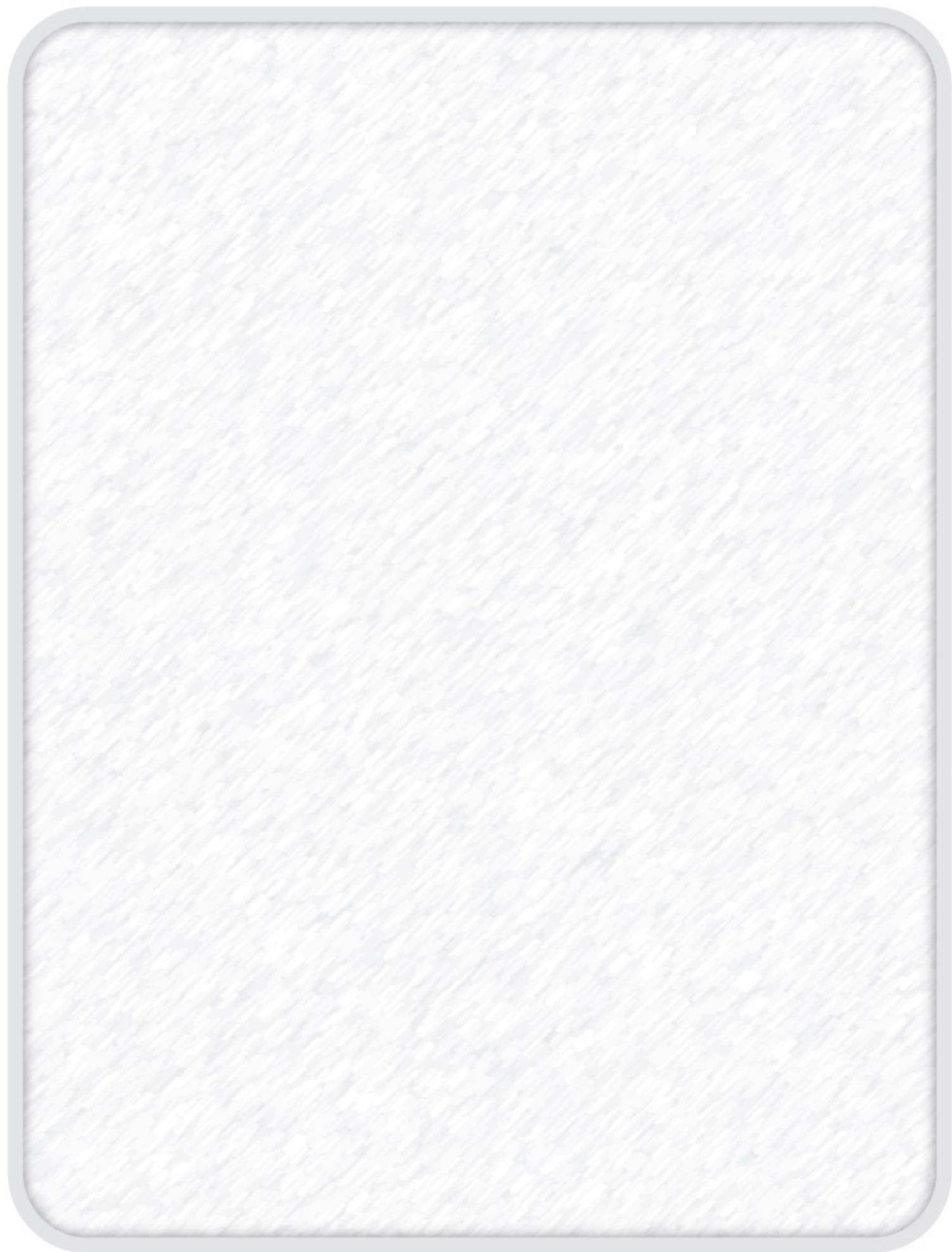
BID-INTAL □ Esmeralda 130, andáres 11 e 16 □ (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

#### Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Bolivia Inicia Proceso de Adhesión al Mercosur (2013). Montevideo : Ministerio de Relaciones Exteriores de Bolivia. [Link](#).
- Chile. Decreto 680. (2012, junio 30). Aprueba establecimiento de derecho antidumping definitivo a las importaciones de harina de trigo originaria de argentina. Santiago : Ministerio de Hacienda. [Link](#).
- Chile. Decreto 105. (2013, marzo 28). Aprueba establecimiento de derecho antidumping provisional a las importaciones de maíz partido provenientes de argentina. Santiago : Ministerio de Hacienda. [Link](#).
- Chile. Decreto 129. (2013, abril 23). Establece medida de salvaguardia provisional a las Importaciones de mercancías que indica. Santiago : Ministerio de Hacienda. [Link](#).
- Promoting Access to Medical Technologies and Innovation : Intersections between public health, intellectual property and trade. (2013). Geneve : WTO. [Link](#).
- Encuentro Empresarial Andino : folleto. (2013, 24 y 25 de abril). Bogotá : CAN. [Link](#).
- Dimensión económico comercial de la Comunidad Andina. (2013, abril). Lima : CAN. [Link](#).
- Perú : derecho adicional sobre las importaciones de determinados productos agropecuarios solicitud de celebración de consultas presentada por Guatemala. (16 de abril de 2013). Ginebra : OMC. [Link](#).
- World Economic Forum on Latin America 2013 : Meeting Overview (April 23-25, 2013). Lima : WEF. [Link](#).
- World Economic Forum on Latin America 2013 : Programme (April 23-25, 2013). Lima : WEF. [Link](#).

- 
- Association of Southeast Nations. (2013). Guiding Principles and Objectives for Negotiating the Regional Comprehensive Economic Partnership. Jakarta : ASEAN. [Link](#).
  - Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP): Joint Statement. The First Meeting Of Trade Negotiating Committee. (9-13 MAY 2013). Jakarta : ASEAN. [Link](#).
  - Caribbean small states : challenges of high debt and low growth (February 2013). Washington IMF. [Link](#).
  - Honduras usará \$75 millones de Petrocaribe para viviendas y represas. (16 de mayo de 2013). Tegucigalpa : El Heraldo. [Link](#).
  - Lobo, Porfirio. (16 de mayo de 2013). Reincorporación de Honduras a PetroCaribe. Caracas : SiBCI. [Link](#).







# INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



**BID**

Banco Interamericano de Desenvolvimento